



ACTA N.º 01/2006

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2006

Aos dezassete dias do mês de Fevereiro, de dois mil e seis, no Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa, sito nesta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes Deputados: António Febra Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, Laura Esperança Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que se fez representar pelo Tesoureiro da Junta senhor Pompeu Cainço, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista e Walter Santos.

Os senhores Deputados Carlos André, Carlos Luso, Ana Cristina Branco e Francisco Francisco, fizeram-se substituir nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento, pelos cidadãos imediatamente a seguir na lista de candidatura, respectivamente por: António Fernandes, Nuno Santo, Maria Clara Barros Monteiro e Manuel Gaspar.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Dr. Raul Castro, Dr. Vítor Lourenço, Eng.ª Isabel Gonçalves, Eng.º Fernando Carvalho, Dr.ª Neusa Magalhães, Dr. António Ferreira, Dr.ª Lucinda Caleira e Eng.º Carlos Martins.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores: Paulo Reis e Maria Clara Monteiro, 1º e 2º Secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.15 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



- 1.** APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
- 2.** VALORLIS – APRESENTAÇÃO DE PROJECTO – Apreciação;
- 3.** ACTUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2006 – Apreciação, discussão e votação;
- 4.** COMPENSAÇÃO FINANCEIRA POR REGRESSO AO POSTO DE TRABALHO DE FUNCIONÁRIO NA JUNTA DE FREGUESIA DE CARVIDE; Apreciação, discussão e votação;
- 5.** REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LEIRISPORT, E.M. – Apreciação, discussão e votação;
- 6.** ALTERAÇÃO DE TRAÇADO DE VIA DE CIRCULAÇÃO PÚBLICA – BECO DA MARUJA (PINHEIROS) FREGUESIA DE MARRAZES – AUTORIZAÇÃO- Apreciação, discussão e votação;
- 7.** ALTERAÇÃO AO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARVIDE- Apreciação, discussão e votação;
- 8.** REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;
- 9.** ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO DA CIDADE DE LEIRIA: DEFINIÇÃO DE ÁREAS E TARIFÁRIO – FIXAÇÃO DE TAXAS – Apreciação, discussão e votação;
- 10.** PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, PARA TERRENO E PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA JUVE LIS, ABRANGIDO POR R.E.N., NO ÂMBITO DISPOSTO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 4º DO DEC.LEI N.º 213/92, DE 12/10 –, SITUADO EM S. ROMÃO – POUSOS - Apreciação, discussão e votação;
- 11.** PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, PARA HOTEL E TERMAS DE MONTE REAL, ABRANGIDO POR R.E.N., NO ÂMBITO DISPOSTO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 4º DO DEC.LEI N.º 213/92, DE 12/10 - Apreciação, discussão e votação;
- 12.** MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE LEIRIA E DA MARINHA GRANDE RELATIVO AO PLANO DE PORMENOR DA ÁREA INDUSTRIAL DE VIEIRA DE LEIRIA – ACERTO DAS DELIMITAÇÕES DA ÁREAS DOS CONCELHOS DE LEIRIA E DA MARINHA GRANDE- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO – Apreciação, discussão e votação;





ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos!

Gostaria de cumprimentar todos os presentes, em primeiro lugar os senhores secretários da Mesa.

A senhora Deputada Cristina Branco informou que não pode estar presente e para sua substituição, indicou a senhora Deputada Maria Clara Monteiro.

Cumprimento também todos os senhores Deputados, quer os eleitos directamente quer os representantes das Freguesias, cumprimento a senhora Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, cumprimento os senhores membros da comunicação social e dizer que é sempre com prazer que os recebemos e cumprimento os cidadãos de Leiria, que estão presentes nesta Assembleia.

A promessa que fiz logo no início e que me pareceu corresponder aos anseios, se não de todos pelo menos da grande maioria dos senhores Deputados Municipais, foi nós escolhermos para a realização desta Assembleia um novo local, que é este onde nos encontramos. Já tivemos sessões no salão nobre, no Centro Associativo, não vamos andar à procura de mais sítios, mas no fim desta sessão, se estiverem de acordo, faremos uma votação muito informal, para saber onde é que iremos fazer a próxima Assembleia. Isto se, a próxima Assembleia, e eu passarei a estudar esse assunto a partir deste momento, não for realizada numa outra freguesia, também correspondendo àquilo que prometi, que era realizar de vez em quando, uma sessão da Assembleia numa outra freguesia, para enfim, descentralizar um pouco, os trabalhos da Assembleia. Também me pareceu que essa minha proposta teve um consenso mais ou menos generalizado, pelo que, peço aos senhores Deputados que me dêem a prerrogativa de procurar encontrar a freguesia mais razoável para se realizar uma das próximas sessões.

Naturalmente que em relação à escolha, não tenho nenhum interesse em particular pelo local onde se irá realizar essa primeira Assembleia, fora da freguesia de Leiria, certamente não será na Memória, e portanto estarei absolutamente independente nessa escolha. Mas teremos que começar logicamente pelas maiores freguesias e por aquelas que nos possam dar condições de trabalho adequadas, não inferiores ou não



significativamente inferiores àquelas que estamos a procurar neste momento, para realizar as sessões.

Um segundo ponto que queria referir, é que ainda não foi possível corresponder à solicitação, penso que da bancada do Partido Socialista, para que os lugares estivessem marcados e divididos por bancadas, hoje já foi possível às pessoas distribuírem-se dessa forma, mas como não estamos ainda num sítio definitivo, pareceu-me que não valia a pena estar a fazer esse exercício, uma vez que o espaço é suficientemente amplo, para as pessoas se acomodarem exactamente no sítio que entenderem ser mais adequado.

Posto isto e com estas informações prévias, vamos iniciar os trabalhos no período “antes da ordem do dia” e começo exactamente por colocar à discussão e consequente votação, a acta da sessão anterior, que foi realizada no passado dia 29 de Dezembro. A minuta da acta foi distribuída, julgo que todos os senhores Deputados a receberam, tiveram oportunidade de a ler e abriremos agora um período de inscrições, para eventuais alterações que tenham a propor à acta, tal como está neste momento.

Alguém deseja usar da palavra? Julgo que ninguém tem alterações a propor.

Como sabem, estas actas são transcritas directamente da gravação que é feita no decorrer dos trabalhos e portanto, graças ao bom trabalho da D. Teresa Pinto, naturalmente corresponderão àquilo que foi dito. Contudo, haverá sempre a possibilidade de efectuar correcções, por exemplo em relação a termos que as pessoas tenham usado e que achem menos apropriados, não por qualquer razão específica, mas que queiram alterar. Naturalmente que isso pode ser feito desde que, não se altere o sentido daquilo que foi dito anteriormente.

Assim sendo e não havendo ninguém inscrito, o que facilita e torna as coisas mais céleres, vou colocar à votação esta acta.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Três abstenções.

Quem aprova acta?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com três abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 29 de Dezembro de 2005.



Vamos então entrar no período de antes da ordem do dia em que os senhores Deputados têm a oportunidade de pedir informações ou esclarecimentos, apresentarem moções, e de uma maneira geral, discutirem outros assuntos de interesse, que não estejam englobados na ordem do dia.

Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Poço!

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

Boa noite !

Senhor Presidente e Excelentíssima Mesa, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados:

Queria colocar uma questão prévia, que não tem propriamente a ver com a declaração que irei fazer, mas tem a ver com o Regimento da Assembleia Municipal.

Foi criado um grupo de trabalho, o qual fiquei incumbido de coordenar e por uma questão de simplicidade, pensei eu, pedi que cada grupo apresentasse as suas propostas de alteração ao Regimento, para depois se conciliar um texto final numa reunião prévia, acordado entre os representantes das respectivas bancadas, para que viesse à Assembleia e para que fosse facilmente aprovado.

Acontece que, até ao momento, só o Bloco de Esquerda, é que teve a amabilidade de fazer chegar uma proposta de alteração. De maneira que, teremos que marcar aqui um prazo, que eu propunha que fosse até ao fim da próxima semana, findo o qual, vou entender e interpretar, que não existem propostas de alteração por parte das outras bancadas.

Irei fazer um texto final, que levarei a uma reunião com esses representantes das bancadas, fazem-se os acertos finais que forem entendidos e será trazido posteriormente aqui para aprovação. Esta é a proposta que fazia, para resolver esta questão do Regimento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado, se me der licença e em conclusão, na próxima semana receberia as propostas, marcará uma reunião, já com um texto final para ser aprovado nesse grupo de trabalho e vamos partir do princípio que, a próxima Assembleia Municipal, terá como um dos pontos de agenda, a discussão e votação do Regimento?



DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

Exacto senhor Presidente. É esse o objectivo!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado. Pode prosseguir a sua intervenção.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

A declaração que desejava fazer a esta Assembleia, tem a ver com a eleição do Presidente da República.

Os portugueses foram chamados a eleger um Presidente da República, que foi eleito à primeira volta com 50,6%, o que significa que teve mais votos do que os outros cinco candidatos. O Presidente eleito, Prof. Cavaco Silva, representará para Portugal, um grande capital de esperança, no momento em que vivemos todos com uma grande preocupação, sobre o que será o nosso futuro próximo.

Esta eleição foi possível, com o contributo especial do PSD. O PSD foi fundamental na sua contribuição de votos para alcançar este resultado e destacava especialmente o contributo do concelho de Leiria, onde o Prof. Cavaco Silva, teve maioria e ganhou em todas as freguesias do concelho de Leiria. Gostaria de sublinhar este aspecto.

Vamos ter uma nova esperança, vamos confiar num homem experiente, num homem que nos poderá assegurar melhores dias para o futuro, no momento em que, Portugal conhece o pior número dos últimos vinte anos, no que se refere ao desemprego – atingimos 8% no desemprego.

A situação económica degrada-se todos os dias e verificamos que a população em geral, no nosso país e em todo o concelho, vive momentos de enorme preocupação. As políticas do Governo apontam para apoio aos grandes grupos económicos, desprezando as pequenas e médias empresas, que são aquelas que são fundamentais no nosso concelho. O nosso concelho tem um tecido empresarial baseado na pequena e média empresa, o qual não recebe qualquer atenção do Governo. Vemos o Governo preocupado com OPAS de grandes empresários, com grandes operações nas áreas energéticas e nenhuma preocupação, nenhuma política económica para as pequenas e médias empresas. Esta era uma questão que eu



queria deixar aqui nesta Assembleia Municipal, como uma declaração política do PSD. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

Boa noite a todos.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, caríssimos colegas!

Tenho que começar pelo fim, e o fim é exactamente pegar nas palavras do senhor Deputado Carlos Poço, e dar nota que se a participação eleitoral do PSD na eleição do Prof. Cavaco Silva foi especial, então face ao resultado obtido pelo senhor Professor, a do CDS terá sido especialíssima, porque realmente parece-nos que terá sido este pequeno contributo, que o CDS sempre dá, que conseguiu fazer toda a diferença.

Entrando na questão que aqui me traz, estava a tentar verificar se a senhora Presidente de Junta de Leiria estaria presente, parece-me que não, e isto porque vou referir, lamentado o facto de ela não estar, uma entrevista que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria deu ao Diário de Leiria, no passado dia 9 de Fevereiro, e que me traz algumas questões que pretendo (seguramente é ignorância minha) ver esclarecidas de uma forma definitiva e cabal, porque com isso deixarei de dizer alguns disparates que terei dito muitas vezes até hoje.

No dia 22 de Janeiro, aquando da eleição presidencial, vivi por razões puramente pessoais (uma vez que a minha mulher faz parte da Junta de Freguesia de Marrazes) uma circunstância interessante e nova para mim.

Eu fiz sempre parte das mesas eleitorais durante muitos anos, enfim, a minha contribuição era essa, era votar e estar nas mesas, e tive oportunidade de constatar e viver uma situação nova que foi, ter que andar a afixar cartazes com os números dos eleitores, números de mesa, etc, andei a fazer um pouco de "macaco", a subir a árvores, a subir a vedações, para que as pessoas quando fossem votar no dia seguinte, tivessem uma informação eficaz.



Perguntar-me-ão, o que é que isto tem a ver com a entrevista da senhora Presidente de Junta de Leiria.

Bom, o que tem a ver, é que eu percebi por esta entrevista, que existe aquilo a que é chamado a Junta de Freguesia da cidade e pelos vistos, existem as outras Juntas de Freguesia. E pretendo que me seja dado um esclarecimento cabal, aliás no programa eleitoral do CDS, o combate às assimetrias entre as freguesias era um aspecto marcante, gritante, do qual não abdicaremos, porque acho que é o interesse que nos une a todos.

Hoje, claramente para nós, todas as freguesias têm uma componente urbana da mesma forma que todas têm, as áreas sociais, da cultura, da educação e do apoio ao associativismo, ou seja, todas as 29 freguesias têm problemas que são comuns, só que as outras 28, que não a de Leiria, têm mais problemas para resolver.

Esta é a minha perspectiva e lamentavelmente ela está aqui claramente expressa, de uma forma que eu gostaria que fosse clara.

Senhora Presidente, se puder informe-me, nos tempos que correm onde é que começa e acaba a cidade de Leiria? Gostava de saber, porque pela leitura que aqui faço, a cidade de Leiria confundir-se-á com os limites da freguesia.

Eu tinha outro entendimento, que provavelmente volto a repetir, está equivocado, mas é uma questão que para mim, é extremamente importante, porque há duas notas nesta entrevista, que nos trazem algo que pensar.

Em primeiro lugar, é expresso pela senhora Presidente de Junta de Leiria, que para a Junta de Freguesia de Leiria, a questão da edificação do centro comercial na área definida pela Câmara, é público não é algo que eu comparta, é importante por causa das contrapartidas que isso permite à Junta de Freguesia ter.

Ora bom, eu tenho dificuldade em fazer esta leitura. E gostava que fosse esclarecido, como é que o ressalvar de uma situação de contrapartidas para a Junta de Freguesia, pode ter alguma influência nesta situação.

Há outra situação que é referida, que acho que merece algum esclarecimento, uma vez que, o CDS na Assembleia Municipal, ao tempo, quando foi feito o Mercado Municipal, a proposta que defendia era que houvesse pequenas unidades de mercado, nas várias freguesias.



Entendeu-se na altura, que era importante continuar a haver um grande mercado municipal, e aquilo que acontece, é que é dito que foi de uma grande falta de visão e aqui passo a citar *“colocaram-no (ao mercado) na periferia do núcleo da cidade, num sítio que não responde minimamente às necessidades das pessoas”*, ora, o Mercado Municipal, seria supostamente para servir os interesses do Município. Mas fazendo uma leitura um bocadinho mais restritiva desta questão, no mínimo às duas grandes massas populacionais da cidade, à maior freguesia, a dos Marrazes, e à de Leiria, e portanto ele está aqui numa zona central, parece-me lógico.

Basicamente era isto que eu gostaria que a senhora Presidente tivesse a amabilidade de me esclarecer, porque gostava de ficar a saber, de uma vez por todas, onde é que começa e acaba a cidade de Leiria.

Espero que todo o alargamento que foi feito, já há uns anos largos, para a chamada zona urbana da cidade, que não tenha servido apenas para que a Câmara de Leiria deixasse de ser uma Câmara de segunda e passasse a ser uma Câmara de primeira, porque acho que deve haver mais do que isso. Agradecia o seu esclarecimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Dava agora a palavra à senhora Deputada Sílvia Lopes.

DEPUTADA SÍLVIA LOPES (PS)

Boa noite.

Senhores Membros da Mesa, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas.

Eu tenho uma questão para a senhora Presidente da Câmara, muito rápida e muito simples. Gostaria de saber, de que forma é que funciona a recolha dos lixos que considero não convencionais. Os contentores, que julgo são colocados nas freguesias, um por freguesia, contentores grandes, verdes, têm a indicação que são da Câmara Municipal, são para determinado tipo de lixo e vejo lá de tudo, desde electrodomésticos a colchões. E gostaria de saber, de que forma é feita a recolha, com que periodicidade e quem é o responsável, porque infelizmente, dou como exemplo, em Monte Real e no Souto da Carpalhosa, tenho detectado situações em



que passam semanas de lixo acumulado, que não é recolhido. Por exemplo, no Souto da Carpalhosa, o contentor está instalado ao lado do Centro de Saúde e passam semanas que não é feita a recolha. Era só isto. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Deputada.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Pedro Biscaia .

DEPUTADO PEDRO BISCAIA(PS)

Senhor Presidente, respectiva Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros companheiros da Assembleia.

É uma pequena intervenção, dirigida à senhora Presidente da Câmara, sobre o seguinte:

A Câmara Municipal de Leiria, em boa hora, decidiu integrar o Projecto de plataforma Interland do porto marítimo da Figueira da Foz, cujo principal objectivo é o de alcançar economias de escala, conjugar sinergias, tirando partido da articulação de vias e meios de transporte e proporcionar a diversificação de canais de internacionalização de um vasto território, no qual se integra Leiria.

Sabe-se que é um projecto com efeitos estruturantes no desenvolvimento da região Centro, potenciando múltiplas conexões territoriais e espaciais, que mereceu, até, o interesse de regiões raianas espanholas de Leão e Castela que vêm, no porto intermodal da Figueira da Foz, mais uma oportunidade de acederem a mercados externos.

No entanto, recentemente, correm notícias preocupantes quer quanto à instabilidade de navegação da barra (o que levou uma grande empresa de celulose a ameaçar passar a exportar por Aveiro), quer quanto à possibilidade da Administração da estrutura portuária do centro ficar concentrada, apenas, em Aveiro.

Nesse sentido e porque Leiria e o seu tecido económico são partes interessadas nesta questão, gostaria de perguntar à senhora presidente, Dr.^a Isabel Damasceno, se a Câmara de Leiria está suficientemente informada do desenvolvimento do projecto e se tem conhecimento mais concreto dos preocupantes indícios que, recentemente, foram notícia. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra a senhora Deputada Ana Elisa Santos.



DEPUTADA ANA ELISA SANTOS (PS)

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhores membros da Mesa, caros colegas:

Realizou-se em Leiria, de 26 a 28 de Novembro, de 2004, o Congresso "As Cortes e o Parlamento em Portugal", no âmbito da comemoração dos 750 anos das Cortes de Leiria de 1254 e organizado em parceria pela Câmara Municipal e a Assembleia da República.

Foi um evento de grande relevância cultural e científica e que mereceu a apreciação positiva da maioria dos participantes, prestigiando a cidade de Leiria.

Acontece que, na ocasião, foi anunciado que em Fevereiro de 2005, seriam publicadas as Actas do Congresso, para que se perpetuassem as comunicações lá proferidas e as conclusões obtidas.

Como até ao momento, essa promessa não foi concretizada, decorrendo mais um ano do que o prometido, gostaria de pedir à senhora Presidente que nos informasse do ponto de situação deste assunto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigada senhora Deputada.

Tem agora a palavra o senhor Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores:

Recebemos aqui uma nota, julgo que em nome do executivo municipal, acerca da questão do plano de pormenor do Carpalho, que eu trouxe aqui na última Assembleia.

Em primeiro lugar, confirma-se, que uma Assembleia Municipal da qual fiz parte e alguns dos membros que aqui estão, aprovou o plano de pormenor do Carpalho. Entretanto, li com atenção a nota, aliás, o senhor Vereador Eng.º Fernando Carvalho, fez o favor de me dar conta pessoalmente do que apurou, vemos que nesta nota o plano não foi ratificado pelas instâncias superiores, mas não explica porque é que não foi.



E isto, põe já aqui uma questão que é grave e que pode de alguma forma revelar abuso de poder. Já há veto de gaveta às decisões da Assembleia Municipal? Isto tem que ser apurado e tem que ser apurado por respeito a esta Assembleia. Eu estou convicto que há abuso de poder, mas não é a minha convicção que deve prevalecer, julgo que esta Assembleia tem que assumir a responsabilidade, e apurar porque é que o plano de pormenor do Carpalho, não seguiu a tramitação que o executivo é legalmente obrigado a promover. E depois vejamos, isto é inaceitável. Isto não é a República do Polis, é a República Portuguesa, tem leis.

É que, uma Assembleia Municipal aprova um determinado plano, define um determinado uso para uma determinada área, para um determinado edifício, na minha opinião até tinha valor municipal e veja-se, não se concretiza a orientação que levou à prática o ordenamento daquele território. E hoje, vêm dizer, que alteraram as decisões anteriores, porque não tinham curso legal e vêm-nos dizer que a Polis aprovou. A Polis não é a Assembleia Municipal de Leiria, aprovou uma mudança de uso de um edifício, para o qual não tem competência.

Quem decide no concelho de Leiria, acerca do conteúdo dos planos de pormenor e neste caso concreto dos planos de pormenor do Polis, é esta Assembleia Municipal, que não delegou nem pode delegar por lei, em ninguém, essa competência. E por isso eu vou preparar senhor Presidente, duas propostas que entregarei aqui.

Uma, constituir uma comissão com todas as forças partidárias para que se apure as razões que levaram à não concretização legal, ao não ter este plano curso legal, tem que se saber e pedir responsabilidades, se as houver, porque se foi o poder central que inviabilizou é uma coisa, mas a verdade é que não vem aqui a dizer o que é que aconteceu nem há explicações.

A outra, é que nós não podemos aceitar, que depois de uma decisão de uma Assembleia Municipal, que define um determinado tipo de ocupação para um determinado tipo de área, venha alguém que não tem competência para o efeito e por isso é ilegal, definir outra coisa.

Senhor Presidente, nesta matéria, está em causa a nossa própria dignidade como Assembleia Municipal, não vale a pena. E depois, isto remete-nos para outra questão, que coloquei na última Assembleia.



Tendo em conta que compreendemos as dificuldades do Polis, compreendemos as dificuldades na concretização e na aprovação dos planos de pormenor e na feitura, dissemos à senhora Presidente que trouxesse a esta Assembleia, projectos parciais, que esta Assembleia sempre pode acompanhar num gesto de boa vontade. A senhora Presidente da Câmara, prometeu trazer hoje aqui, neste ponto de ordem de trabalhos, porque ainda hoje numa informação que vem aqui, acerca do estacionamento municipal, o senhor Vereador Fernando Carvalho diz que vai iniciar as obras em 01 de Março e a senhora Presidente como melhor prometeu, melhor faltou.

Senhora Presidente!

Desculpe, mas é inaceitável aquilo que está acontecer.

Nós não podemos admitir, que tendo e havendo a obrigatoriedade de promover quatro planos de pormenor do Polis, havendo a possibilidade e esta Assembleia estar disponível, pelo menos pareceu, para superar dificuldades naturais, Vossa Excelência acabou por nem sequer ao menos, aproveitar esta possibilidade que a Assembleia lhe deu.

Da minha parte, gostaria de dizer o seguinte:

Era lamentável, que tivéssemos que chegar à circunstância de ter que apelar para outras instâncias, acerca da legalidade dos actos. Eu não gostaria, francamente, que isso acontecesse.

Julgo que se vai manter o ponto da ordem de trabalhos acerca da informação municipal, na ordem do dia. Se se mantiver, é só mais uma pequena nota, já agora, depois falarei do outro problema nesse ponto.

É acerca do relatório financeiro, só para chamar à atenção para o seguinte:

Estranhou-se, termos dito, que aquela proposta da Câmara em relação ao IMI, era uma proposta em que tínhamos muitas dúvidas acerca do montante. Tendo em conta como toda a gente sabe, que o IMI tem agora um tecto, para o ano vai acumulando e isto é uma bola. Veja-se o que é que aqui está!

A nossa votação contra hoje justifica-se.

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor do IMI era 6,6 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2005 passou para 8,2 milhões de euros, mais 1,5 milhões e estávamos naquela altura a decidir, em Outubro, e não se sabia ainda deste valor.



Julgo que no futuro, era bom sabermos, quanto é que era em 2003 de contribuição autárquica, para sabermos qual é a evolução da situação. Mas isto põe outra questão, a necessidade de discutir, com base em dados efectivos, as decisões em relação aos impostos que os munícipes têm que pagar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado José Manuel Silva e finda a sua intervenção, passarei a palavra à senhora Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados Municipais, minhas senhoras e meus senhores:

O nosso ilustre Deputado Carlos Poço, resolveu em boa hora evocar aqui, o esforço que o PSD deu para a vitória do Prof. Cavaco Silva, nas últimas eleições presidenciais. E depois, também o nosso ilustre Deputado Domingos Carvalho, disse, que não fora o apoio do CDS e tudo teria sido diferente.

Pois não nos compete a nós, Partido Socialista, dizer que também nós contribuímos ou deixámos de contribuir para a eleição do Presidente eleito, Prof. Cavaco Silva, que aliás, aproveitamos para saudar e a quem desejamos um bom mandato.

Mas parece-nos um pouco ridículo, que Vossas Excelências, se coloquem aqui um pouco em "bicos dos pés", fazendo lembrar aquela figura do programa do Herman José, que aparecia a dizer "Eu é que sou o Presidente da Junta", colocando-se em "bicos de pés", e dizer "Nós também contribuímos para a eleição do Presidente da República", sendo certo que, se estivesse aqui o Prof. Cavaco Silva a ouvir Vossa Excelência a dizer o que disse, teria dito – safa !

Como todos estão lembrados, foi uma frase que ele uma vez utilizou, e sendo o Prof. Cavaco Silva aquilo que é, certamente Vossas Excelências conhecem-no tão bem ou melhor do que eu, saberão que o senhor Presidente eleito, considera que a maioria presidencial se esgotou no momento da eleição. Pelo que, é completamente estulto



neste momento, vir alguém reivindicar que também contribuiu para a eleição do Presidente. Essa questão está resolvida.

Vossas Excelências votaram em quem entenderam e agora têm que se conformar com uma realidade, que é ter deixado de haver maioria presidencial e por acaso o que existe é um Governo que é do Partido Socialista, como Vossas Excelências provavelmente estão recordados. E não fora, ter desaparecido a oposição do PSD, coisa que aliás, os vossos colegas têm dito na comunicação social, alguns deles mais críticos, que não sabem aonde é que anda o Dr. Marques Mendes e a oposição do PSD, não fora isso e Vossa Excelência certamente não teria procurado trazer aqui a questão, num golpe de política politqueira (deixe-me que lhe diga, com toda a estima e consideração), numa Assembleia Municipal que é destinada essencialmente a tratar de questões que interessam directamente ao concelho. Vem Vossa Excelência, há falta de intervenção na Assembleia da República, aproveitar aqui esta oportunidade, para dissertar sobre os malefícios que o Governo do PS tem trazido ao país.

Ora, toda a gente sabe, que se o PS neste momento é Governo, em grande maioria a Vossas Excelências se deve. Se não fosse a anedota que foi o Governo do vosso correligionário, e não fosse o facto do actual Presidente da Comunidade, Dr. Durão Barroso, ter ido tratar da vida para Bruxelas, provavelmente o PS não teria vencido as eleições. Portanto, se o país está na crise, cada um que tome conta da sua parte e deixe os outros descansados. Quanto ao resto, Vossa Excelência disse aqui uma série de coisas completamente inexactas, que eu passo a corrigir.

Ao contrário daquilo que Vossa Excelência disse, o PS não apoia os grandes grupos económicos nacionais ou internacionais. O PS apoia o desenvolvimento do país, coisa que aliás é reconhecida e isso talvez a Vossa Excelência lhe custe a "engolir". Permita-me a expressão um pouco baixa, mas temos que usar a linguagem de acordo com cada uma das pessoas que fala aqui.

E dizer-lhe também, que o que o PS está a fazer, foi aquilo que Vossas Excelências não fizeram. E está a fazê-lo, de uma forma, que é reconhecida até pelos próprios economistas do PSD, como uma forma correcta. E assim não fora e não teríamos já bastas declarações do Presidente eleito Cavaco Silva, dizendo que o que é preciso é estabilidade política e até aqui e ali, deixando entrever como aliás é normal, a sua opinião positiva sobre o que o Governo está a fazer.



Quer Vossas Excelências gostem quer não gostem, naturalmente estão no vosso direito de não gostarem e nós compreendemos isso, o que é verdade é que este Governo está a governar, ao contrário dos vossos dois governos anteriores. Tem um rumo, tem objectivos claros, e os resultados começam a aparecer.

Vossa Excelência invocou aqui a questão do desemprego. Mas como sabe e Vossas Excelências todos sabem, o desemprego não se resolve com um passe de mágica e num país que está a passar por uma reestruturação profunda da sua economia, em conjunto com as economias europeias e mundiais, embora naturalmente nós não gostemos disso e nisso estamos todos certamente de acordo, é normal que o desemprego suba e que nós todos estejamos à procura de soluções, que não são fáceis de encontrar. E o que se pede aqui, presumo eu, é alguma solidariedade nacional, para em vez de andarmos a brincar com o número dos desempregados ou a fazer política mais ou menos divertida, com os números do desemprego, fazermos todos um esforço, para que no contexto nacional, o desemprego possa naturalmente baixar. Mas há até um elemento que convém ter em consideração. É que apesar do desemprego estar alto, nós continuamos a ser muito procurados pelos emigrantes, portanto, alguma coisa existe, que também convém reflectir, porque há muito desemprego que podia transformar-se em emprego, se as circunstâncias fossem outras, mas disso falaremos noutra altura.

Relativamente ao apoio às pequenas e médias empresas e com isto termino.

É completamente falso, que o Governo não esteja apoiar as pequenas e médias empresas. Ainda na semana passada, foi aprovado um pacote de quinhentos milhões de euros, para apoio às pequenas e médias empresas. E toda a gente sabe, que o Governo tem feito um esforço assinalável no sentido de, facilitar a criação de empresas, facilitar actos administrativos e burocráticos para todas as empresas e isso não interessa só às grandes empresas, por acaso até interessa mais às pequenas e às médias empresas.

E finalmente, há um esforço assinalável neste momento, do Governo português, para que seja possível aquilo que nunca foi uma política dos governos anteriores, que é o lançamento de acções ao nível do capital semente, que permitam a criação de



pequenas empresas, de dimensão reduzida e apoios àqueles que se querem tornar pequenos empresários, em vez de serem empregados por conta de outrem.

De modo que eu, sem querer dar naturalmente mais importância que o assunto merece, queria deixar aqui o senhor Deputado Carlos Poço sossegado, quanto ao facto de o Governo estar a fazer o que entende ser melhor para o país, com resultados que aliás são conhecidos. E Vossas Excelências, naturalmente terão que fazer aquilo que lhes compete, que é demonstrar que as vossas propostas são melhores que as que o Governo tem, e quando houver as próximas eleições, nós cá estaremos para as discutir. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Vitorino Pereira e peço desculpa, porque passei um à frente.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Cumprimento todos os presentes.

Como temos vindo a chamar à atenção, parece ser usual o não cumprimento sistemático, das normais regras de funcionamento democrático que lhes respeita, pelos direitos das diversas forças políticas que integram esta Assembleia Municipal.

Esta vai ser, não contando com a tomada de posse, a quarta Assembleia realizada, e o direito à oposição, é sistematicamente negado, não nos sendo enviada propositada e sistematicamente documentação, ou documentação suficiente, para que possamos votar em consciência todos os assuntos a decidir.

Temos lutado com empenho, para que procedimentos e práticas que se nos afiguram pouco transparentes, para não dizer ilegais, como foi a votação e aprovação de actas de Assembleias realizadas na anterior legislatura, em que não estavam presentes a CDU e BE, bem como grande parte dos Deputados da actual Assembleia, sejam encaradas como normais e a sua denúncia considerada excesso de formalismo. Estranhámos e entristece-nos, o conformismo cúmplice da restante oposição, ao aprovar e votar tal acta. Registámos o silêncio dos jornais.

Denunciámos o processo formal e conceptualmente antidemocrático “que se arranjar”, a lista única concorrente à AMLEI, demos a perceber que para alguns, são



mais importantes os cargos a ocupar, do que os compromissos assumidos perante os seus eleitores e a discussão aberta e transparente de ideias ou programas.

Por isso tudo, percebemos que a senhora Presidente, não goste de nós. É natural e de algum modo até nos faz sentir bem.

O que já não achamos natural, é que uma representante dos cidadãos de Leiria, como a senhora se afirma, como se sabe, nem todos comungamos da forma de pensar da senhora e dos que a apoiam, mas que para o bem e para o mal são leirienses, que merecem da senhora o mesmo respeito que todos os outros, o que não é natural, repito, é que faça declarações para jornais, a senhora que também é líder distrital do PSD, nomeadamente o Região de Leiria, onde apresenta como seu terceiro desejo, o não atingimento da fasquia de 5%, nas eleições presidenciais, pelo candidato apoiado pelo Bloco, Francisco Louçã, a fim de não serem pagas as despesas da campanha.

Aí, não lhe conseguimos fazer o jeito e admitimos que foi mesmo culpa nossa. Registámos contudo, as suas declarações que confirmam aquilo que temos observado e criticado, que de facto, no seu conceito de democracia, não cabe o respeito aos que se lhe opõem.

O Bloco é um partido recente, pequeno, comparativamente ao PSD, mas onde não se viciam eleições, nem se falsificam certidões de militantes, por isso, exigimos respeito, o respeito que a democracia exige e que os nossos eleitores merecem.

Por isso e na medida das nossas possibilidades, continuaremos a defender os princípios e o programa com que nos apresentámos ao povo de Leiria, respeitando todos aqueles, que com formas diversas de pensar e agir, tenham na transparência e na salutar disputa democrática, o seu campo de acção.

Quanto às eleições para a AMLEI, o Bloco não apresentou uma lista, porque entendeu que, em vez de avançar com uma acção administrativa para anular regras do Regimento Eleitoral, que na nossa opinião são antidemocráticas e nulas, seria mais positivo, do ponto de vista de funcionamento normal das instituições, aceitar a promessa feita pela direcção da AMLEI, no sentido de que após o acto eleitoral, seria formada, por representantes de todos os partidos, uma Comissão para propor uma alteração ao regimento, especialmente no que limita à apresentação de listas com menos de cinco apoiantes.



Temos um assunto novo, a propor a esta Assembleia, a oportunidade de o nosso Município, ser o iniciador do estacionamento de carros movidos a gás, os denominados GPL's, já que não existe em qualquer parque neste país, local para veículos movidos a gás estacionário.

O GPL é o combustível mais ecológico derivado do petróleo. O GPL produz menos 90% de emissão de partículas, comparado com o gasóleo, e contribui para a redução de dióxido de enxofre, não provocando as prejudiciais chuvas ácidas.

Portugal, não tem cumprido com as suas obrigações em relação ao denominado Acordo de Quioto.

Quioto, põe em prática, um sistema legal internacional e vinculativo, com metas de redução, que estão na base de um sistema de cumprimento, que permite a monitorização e assegura o cumprimento das obrigações estabelecidas para cada país. O objectivo ambicioso dessa Convenção, é que se atinja a estabilidade das concentrações de gás e de efeito de estufa na atmosfera, a um nível que possa prevenir uma perigosa interferência antropogénica com o sistema climático.

Ora, os carros a GPL, irão permitir uma diminuição de emissão de gases poluentes e portanto farão diminuir os custos que teremos que pagar, por não cumprirmos com a nossa quota de menos poluição. Por outro lado, o nosso Estado subsidia os carros a GPL, diminuindo em cerca de 40% o IVA, precisamente por entender que são amigos do ambiente.

Assim sendo, porque motivo não existe legislação que obrigue os parques de estacionamento a possuírem ventilação inferior? Ora, bastava tal para que os carros a GPL pudessem estacionar neles. Porque não seremos nós, em Leiria, os pioneiros dessa nova modalidade? Ao fazer-lo, iremos incrementar o uso de tais veículos, o mesmo é dizer, iremos viver melhor, iremos poluir menos e ficaremos mais perto de cumprir o Acordo de Quioto.

Transitoriamente, porque não arranjar locais de estacionamento exteriores, só para GPL, porque são mais desprotegidos do que os outros veículos e amigos do ambiente, como acontece com os locais para deficientes?

Aqui deixamos a nossa proposta, esperando que a Câmara a aproveite. Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Antes de passar ao seguinte ponto, gostaria de fazer dois esclarecimentos.

O primeiro, dirigido ao senhor Deputado José Augusto Esteves, que me pareceu afirmar que pretendia apresentar uma Moção e naturalmente se a apresentar, a Mesa recebê-la-á e depois pô-la-á à discussão e votação.

O segundo, dirigido ao senhor Deputado Vitorino Pereira e também aos outros Deputados.

As eleições para a AMLEI, foram repetidas por impugnação que o senhor Deputado fez. Eu tive a oportunidade de trocar impressões com ele sobre este assunto, pedindo-lhe até para não o fazer, porque o resultado foi nulo, excepto obrigar-nos a repetir a votação. E peço a atenção do senhor Deputado Vitorino Pereira e a todos os senhores Deputados, para lhes dizer que nós queremos ser flexíveis, mas não se podem invocar os regulamentos até à última alínea para umas coisas, quando nos convém e não respeitar os regulamentos para outras.

Quero dar a liberdade a todos de se poderem expressar livremente, mas não podemos exceder em muito, o tempo que nos é permitido pelos regulamentos, o que também é uma forma de cumprir e respeitar o direito dos outros. A Mesa será tão liberal quanto possível, mas temos que começar a diminuir o tempo e o número de frases que se utilizam aqui.

Agora com a invocação da defesa da honra, tem a palavra o senhor Deputado Carlos Poço e depois terá a palavra o senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO CARLOS POÇO(PPD/PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Eu não gostaria de utilizar o tempo desta Assembleia Municipal, para tratar de questões nacionais. No entanto, foram referidas aqui imprecisões, a pretexto de estar a corrigir números que eu apresentei e portanto, só queria gastar dois minutos em abono da verdade.

Registo com muito agrado o apreço que todo o Partido Socialista está a apresentar pela eleição do Prof. Cavaco Silva, é muito satisfatório, porque de facto essa maioria



extinguiu-se nesse dia e vamos ter efectivamente um bom Presidente da República, que terá todo o gosto, estou seguro disso, em ajudar o Governo a orientar-se.

Eu gostaria de corrigir os números que o senhor Deputado apresentou, no que se refere ao desemprego.

Foi promessa deste Governo e foi apresentado no plano de estabilidade e crescimento, que no segundo trimestre do ano de 2006, o máximo que o desemprego atingiria era 7,7%, estamos a referir-nos aos números de Dezembro e está em 8%. Isto significa, que irá crescer.

Gostaria de recordar, que o Governo conhecia os dados, o Governo está a governar há cerca de um ano e as coisas não se fazem de um dia para o outro, mas o Governo solenemente, apresentou na Assembleia da República e na União Europeia, este plano de estabilidade e crescimento, com o compromisso de honra, de que iria cumpri-lo. Está a ser uma completa desgraça.

O mesmo Governo, a que o senhor Deputado se referiu, prometeu cento e cinquenta mil novos empregos, estamos a chegar ao fim de um ano e temos o crescimento no desemprego;

Prometeu menos impostos, todos reconhecemos que temos mais impostos; O crescimento das exportações está-se a verificar este ano, exclusivamente à custa da AUTOEUROPA.

Estamos a prever que este ano no orçamento de 2006 o crescimento da exportação passe de 1,7% para 5,7%, o que é perfeitamente inatingível, mas a seu tempo lá chegaremos, porque isso será feito à custa de 4% da AUTOEUROPA. Se bem se recordam, este foi um investimento dos governos do PSD.

E finalmente, gostaria de recordar, que o défice estimado pela Comissão Constâncio, seria com as condições que existiam em Portugal, de 6,5% do PIB. O orçamento rectificativo permitiu o aumento de impostos, que todos conhecemos, e assim, chegamos ao fim do ano, não com os 5% que o Governo prometeu atingir, mas com 6% do PIB. E teria aqui uma série de números para apresentar, mas entendo que este não seja o local próprio para o fazer.

Mas não posso deixar passar em branco os números, já que Vossa Excelência teve o cuidado de tentar corrigir números, que não são corrigíveis. Se tentar corrigir mais, tenho uma lista imensa de números errados, daquilo que são as promessas do



Governo e que terei todo o gosto, inclusivamente, de distribuir a toda a Assembleia, para recordação.

Finalmente, o que nós vemos o Governo apresentar com pompa e circunstância, são os investimentos feitos por entidades privadas. O Governo regozija-se quando se faz a carpintaria do IQA, cria alguns postos de trabalho, são bem-vindos, mas nós perdemos dez vezes mais postos de trabalho em cada dia, do que aqueles que são criados. Refere-se e faz grandes festas sobre a hipótese de uma refinaria em Sines, que é muito bem-vinda para Portugal, mas nada tem a ver com o Governo, é investimento privado. Nós não vemos investimento público a ser motor da economia. Era só isto e peço desculpa a todos os senhores Deputados pelo tempo que fiz perder com questões nacionais, não era o meu desejo. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

A invocação da defesa da honra é obviamente uma faculdade regimental. Aquilo que gostaria aqui de tentar fazer, é um esclarecimento.

Eu não sou "Presidente da Junta", nem com sopinha de massa nem sem sopinha de massa, não sou. Eu, hoje em dia, habituei-me a vir para aqui com um caderninho e tenho aqui escrito "foi especialíssima do CDS " passado, ou seja, eu referi-me, ao dia 22 de Janeiro.

Não fiquei nem em bicos dos pés nem em cima de nenhum escadote, acabou ali, congratulei-me pela participação que o CDS teve, mas foi passado e assumimo-lo. Agora, ninguém nos vai poder tirar, ao fim de trinta anos, a alegria de se ter participado, na eleição do Presidente da República e é isso que nós estamos aqui a fazer sublinhar. Estamos seguramente, todas as pessoas do centro de direita em Portugal, contentes, por termos um Presidente que é da nossa área política. Parece-me isto mais do que normal, é normalmente humano senhor Deputado.

Há duas notas, que também peço ao senhor Presidente que me permita fazer:

Não é possível, que falar dos números do desemprego, tenha dias.



Eu sou das pessoas que nunca fiz demagogia, acerca das questões do desemprego. Não tenho qualquer dúvida, que quando todos nós ouvimos tantas vezes falar do quase milagre espanhol, nos esquecemos que Espanha tem quase 13% de desempregados. O que leva a que, falar dos nossos números de desemprego, tem a ver com comparações que normalmente na minha perspectiva são mal feitas, agora, se as regras existem são para todos. Como já aqui foi referido e não terá sido por magia, se calhar foi por clara prestidigitação. Quem falou em cento e cinquenta mil postos de trabalho, foi o actual primeiro-ministro .

Por último, há uma nota que queria fazer e que é a seguinte:

Eu sofri na pele, uma clara tentativa de censura, de um artigo que escrevi para ser publicado num jornal local, que já não existe convém que se diga, que tinha por título "Enolagay" e que tinha a ver com, o comportamento que teve o senhor Presidente da República actual, ainda em exercício, aquando das eleições pretéritas, para a Assembleia da República do ano passado. Isto porque foi aqui referida a questão da fuga de Durão Barroso, que levou à anedota que foi o Governo de Santana Lopes. Eu, uma vez mais invocando aqui a defesa da honra, não tenho dúvida nenhuma, os portugueses terão feito o juízo que fizeram, que o contributo que o CDS deu nesse Governo, foi significativamente bem visto por todos os portugueses, e é isso que para mim é importante e é isso que tenho que relevar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Dou a palavra agora ao senhor Deputado José Manuel Silva, mas pedia-lhe que fosse muito rápido.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Senhor Presidente, só queria fazer uma pergunta e até tem carácter um bocado de nós esclarecermos, como é que havemos de nos comportar aqui nestes trabalhos, independentemente das questões do desemprego, que não são aquelas que os senhores disseram, mas também não vamos estar aqui a noite toda a tratar disso.



O senhor Deputado Carlos Poço que é Deputado e eu não sou, certamente sabe melhor do que eu, o que é a defesa da honra. O que eu acho é que quando se invoca a defesa da honra, para se fazer uma intervenção, é para se defender a honra pessoal. Não percebi, se o senhor Deputado Carlos Poço, defendeu aqui a honra pessoal, se foi a do PSD, ou se foi a do Governo, com franqueza. O que o senhor aproveitou, foi para vir aqui fazer uma intervenção, em continuação daquela que já tinha feito, para reafirmar as suas teses.

Eu não ofendi a sua honra. Portanto senhor Presidente, com todo o respeito, acho que deveria ser clarificado, quando é que se invoca a defesa de honra, para não se vir aqui fazer uma intervenção, para continuar na senda daquilo que já se disse anteriormente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Naturalmente que isto se aplica em todas as direcções e a Mesa estará atenta para classificar esses aspectos.

Tem a palavra agora o senhor Deputado João Cunha e depois a terminar, o senhor Deputado Leonel Costa.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

Boa noite a todos!

Quero cumprimentar todos os Deputados Municipais, a Mesa da Assembleia Municipal, a bancada da imprensa aqui presente, os cidadãos aqui presentes, queria também cumprimentar todo o elenco municipal, mas não consigo porque os Vereadores do Partido Socialista não se encontram neste lugar.

De qualquer forma, daqui, saúdo-os na mesma, mas estranho realmente, não estarem aqui ao lado da restante vereação. E até gostava que houvesse digamos, da parte deles, um esclarecimento porque é que desta vez estão ao fundo da sala e não ao lado da vereação. Deve ter uma explicação mas concerteza é uma explicação plausível e eles terão todo o gosto em dar nota disso aqui à Assembleia.

A minha intervenção tem naturalmente aqui um carácter muito específico, e tem a ver com o seguinte:

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, já propôs que uma próxima sessão se realizasse numa das freguesias limítrofes da cidade, nós vimos aqui propor que a



próxima sessão da Assembleia Municipal, seja realizada em Santa Eufémia. E seja, na medida em que o nosso Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia é o decano digamos assim, dos Presidentes de Junta, e portanto queríamos dar essa sugestão, porque penso que Santa Eufémia tem condições para acolher com dignidade a realização de uma Assembleia Municipal.

Para terminar, gostaria de dizer, a propósito das questões da oposição e não oposição, o seguinte:

O senhor Deputado José Manuel Silva, quando falou aqui da oposição, concerteza deveria estar a referir-se à oposição que ele próprio, nos jornais, vem fazendo aos seus colegas de partido. Na vereação votaram a favor da questão das superfícies comerciais e ele depois na Imprensa, vem dizer que eles pelos vistos, votaram mal. Portanto, penso que era a essa oposição que ele se estava a referir. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Leonel Costa.

DEPUTADO LEONEL COSTA (PPD/PSD)

Muito boa noite, Senhores Deputados, Senhora Presidente, caros colegas!

Hoje não utilizo a expressão – não sou político. Vou utilizar outra.

Eu penso que continuamos nesta Assembleia com estas guerrinhas, e vou repetir sensivelmente aquilo que disse na outra. Isto deve dar um ânimo espectacular a toda esta gente. Aquilo que é essencial e importante, não se resolve, o senhor Deputado do Partido Socialista faz uma crítica, o senhor Deputado da bancada social democrata faz outra crítica e numa Assembleia que tem que resolver os problemas da nossa região e do nosso país, se para isso tem que dar algum contributo, não ataca esses problemas. Mas queria, mediante aquilo que aqui foi dito esclarecer alguns pontos, começando por estar em desacordo com o Deputado José Manuel Silva, quando se refere ao Primeiro Ministro. O senhor Primeiro Ministro tem defendido o grande capitalismo, tem-lhe dado todo o apoio como é do conhecimento, e inclusive, neste momento, está particularmente a tomar uma posição com o senhor Ministro da Saúde, a dar um exemplo claro, da transferencia do capitalismo de um grupo de quatro mil empresários em Portugal, para o ir a colocar na mão de três ou quatro



empresários. Para os senhores que lêem os jornais, devem concerteza saber do que é que eu estou a falar.

Relativamente à questão da actuação que o senhor Primeiro Ministro tem para com as pequenas e médias empresas, tanto ele como outros Ministros, têm lutado por fazer mas não têm conseguido fazer aquilo que eu considero que deveria ser importante, que não é só trazer para Portugal a AUTOEUROPA. É trazer mais, é trazer empresas para o nosso país, que tragam um valor acrescido, em que haja necessidade de mão de obra especializada, em que haja crescimento e investimento em tecnologia, onde Portugal tem técnicos, na sua maioria formados nas faculdades com essas áreas, é conseguirmos lutar para que Portugal seja projectado além fronteiras e seja um Portugal melhor, e isso pode ser feito também neste locais, através dos debates que são feitos.

Relativamente à questão da dificuldade que as empresas têm para se instalar, essa é uma história das mais ridículas que há, porque eu tenho quatro empresas e acabei há pouco tempo de montar a quinta empresa e portanto conheço essas dificuldades nomeadamente no que respeita ao tempo que leva a fazê-lo.

Gostaria ainda de dizer que relativamente à questão da AUTOEUROPA, há uma questão que convém ressaltar. A AUTOEUROPA é muito importante para o país e nós como cidadãos, deveríamos prestar mais atenção à atitude social que tomamos para com este tipo de empresas, não ir para a porta desta empresa fazer acções de campanha numa altura em que se discutem salários e situações muito importantes, que podem levar a que o país que é dono da AUTOEUROPA, neste caso a Alemanha, feche a empresa em Portugal. Essa é que deveria ser de certo modo , uma das nossas preocupações e tentarmos resolver estas questões . Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Terminada este período de intervenções, pedia à senhora Presidente da Câmara que prestasse os esclarecimentos às várias questões que aqui foram colocadas pelos senhores Deputados.



PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite a todos. Vou responder a algumas das questões, sendo que quanto a três delas pedirei aos senhores Vereadores das respectivas áreas que prestem as devidas explicações.

Uma primeira observação em relação à intervenção do senhor deputado Domingos Carvalho. Para lhe dizer que efectivamente não houve qualquer alteração relativamente aos limites da Freguesia de Leiria: são os mesmos que já estão fixados há muito tempo. Não foi pelo facto de ser alargada a zona urbana, que já o foi há bastante tempo, que foram alterados os limites da freguesia de Leiria.

Quando o senhor leu a entrevista da senhora Presidente da Junta, deveria entender como sendo uma Presidente de Junta que está a defender a sua freguesia e a defender os interesses da sua freguesia, como qualquer Presidente de Junta fará em relação à sua respectiva freguesia. Não me compete a mim estar aqui a defender aquilo que a senhora Presidente disse, mas naturalmente que numa próxima Assembleia ela estará disponível para lhe dar as respectivas explicações.

Relativamente às observações feitas pelo senhor Deputado José Augusto Esteves, queria-lhe dar só uma nota do seguinte:

Aquilo que foi apresentado e foi distribuído no início da Assembleia, foi o que foi possível apurar nas averiguações que fizemos, dado que, como é sabido, o plano de pormenor em causa e que o senhor refere ter sido aprovado numa Assembleia Municipal, foi numa Assembleia Municipal previamente à minha responsabilidade como Presidente da Câmara. Nós estivemos a fazer as análises possíveis dos processos que existem na Câmara e é aquilo que nos é dado observar, porque não conseguimos saber mais do que aquilo que dissemos. No entanto, só uma nota: Diz o senhor Deputado, que quando foi aprovado na Assembleia Municipal, o edifício em causa tinha uma determinada valência e que agora tem uma valência diferente. Eu só queria esclarecer que as valências que estavam previstas, quando foi aprovado na Assembleia o plano de pormenor para o edifício em causa, eram comércio e serviços, e foi-lhe introduzido agora a valência de habitação. Portanto, mantém comércio e serviços e foi introduzida a valência de habitação, dentro da lógica que nós temos tido de que edifícios no Centro Histórico devem ter habitação. Entendemos que era uma boa opção. Aliás nós não conhecíamos a existência do plano de pormenor. O que se verifica é que não há uma diferença significativa face aos usos que estavam



previstos para aquele mesmo edifício. Na minha opinião, há até um enriquecimento com o facto de ele vir a ter a possibilidade de ter habitação, dado que se integra precisamente numa zona habitacional de um Centro Histórico, porque a zona ainda é considerada Centro Histórico, e não nos parece que seja errada a opção de ali ter introduzido a valência de habitação.

Relativamente à solicitação que tinha feito, para eu trazer projectos abrangidos pelo plano de pormenor Polis, concordo e irei fazê-lo. Só não veio a esta Assembleia por uma razão simples, é que se prevê que na próxima Assembleia o plano de pormenor da zona Centro, venha à discussão à própria Assembleia. Já teve discussão pública, já foram feitos os acertos finais na sequência da discussão pública e portanto prevê-se que venha à próxima Assembleia para ser aprovado e tenha o seu seguimento para posterior ratificação. Se isso não vier a acontecer por qualquer motivo, teremos cá os projectos que já estão em desenvolvimento.

Uma nota final, relativa aos dados financeiros.

Queria-lhe dizer, conforme tínhamos dito aquando da aprovação do plano e orçamento, que o somatório do IMI e da contribuição autárquica de 2004 para 2005 iria sofrer um decréscimo, o que veio efectivamente a verificar-se. O conjunto dos dois impostos, um sucedâneo do outro, teve um decréscimo de 2004 para 2005, de 2,4%. Portanto, apesar do IMI ter subido significativamente, o conjunto dos dois impostos, é isso que devemos comparar, teve um decréscimo de 2,4%.

Por fim, uma nota só em relação à intervenção do senhor Deputado Vitorino Pereira. A democracia permite-nos transmitir publicamente os nossos pensamentos, os nossos desejos e aquilo que gostamos que aconteça. Foi isso que eu fiz e farei sempre que tiver oportunidade. Poderá às vezes não gostar de ouvir aquilo que nós gostamos de dizer, mas o senhor também diz coisas que eu não gosto.

É assim mesmo, por isso é que nós cá estamos, com esta liberdade toda, de cada um dizer aquilo que pensa e aquilo que gosta.

E agora dava a palavra ao senhor Vereador Vítor Lourenço, para falar relativamente às actas do Congresso Leiria e as Cortes.



VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO(DR. VÍTOR LOURENÇO)

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente, Senhores Deputados.

É muito simples essa explicação à pergunta da senhora Deputada: por que razão é que as actas não foram ainda publicadas.

Esse foi um dos grandes eventos culturais do anterior executivo, liderado pela senhora Presidente Dr.^a Isabel Damasceno, como muitos outros que foram feitos, mas nós tivemos o cuidado de não cingir esse Congresso Internacional apenas aos 750 Anos das Cortes de Leiria.

Eu e a senhora Presidente propusemos ao Presidente da Assembleia da República e à Comissão de Cultura da Assembleia da República que se associassem ao evento e fosse um Congresso sobre as Cortes e o Parlamento em Portugal. Essa parceria foi estabelecida com o Parlamento, felizmente houve uma receptividade de todos os representantes na Comissão de Cultura da Assembleia da República e o compromisso da Assembleia, era entre outros, publicar as actas, que estão para publicação no Departamento de Arquivos e Documentação da Assembleia da República.

Ainda hoje de manhã, por coincidência, falei com eles ao telefone. Evidentemente que estão para breve e foi esse o único motivo de as actas ainda não estarem publicadas. Como devem imaginar, todos os congressistas têm que fazer revisão das suas provas, duas vezes, a documentação anda para trás e para a frente, para o estrangeiro e para Portugal, é um processo de publicação de actas que não é imediato, mas a razão é apenas esta. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Pedia agora senhora Vereadora Neusa Magalhães para dar alguns esclarecimentos em relação à plataforma e à recolha dos lixos.



VEREADORA DO PELOURO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE(DR.^a NEUSA MAGALHÃES)

Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, muito boa noite.

Foram aqui colocadas duas questões. Uma que tem que ver com o projecto de plataforma logística e vou começar por esta, porque me permite também justificar o meu atraso a esta Assembleia.

É que eu acabo de vir de Vigo, onde fui visitar o porto de Vigo e uma plataforma logística que está a ser desenvolvida por este porto. Fui conjuntamente com os sete municípios que estão neste projecto da plataforma logística e o ponto de situação é este:

Está a ser desenvolvido um estudo, apoiado pelo Programa Operacional da Região Centro, e que visa sobretudo estudar a viabilidade de uma plataforma logística polinucleada na Região Centro, tendo como área de influência o porto da Figueira da Foz. Permite não só estudar a viabilidade desta área logística como também definir as possíveis localizações das diversas plataformas. Conjuntamente com o Município de Leiria, temos os Municípios da Figueira da Foz, Coimbra, Mealhada, Montemor-o-Velho, Mira, Soure e Cantanhede. Portanto são oito municípios, está prevista uma reunião para o próximo dia 3 de Março, que curiosamente vai decorrer aqui em Leiria, para se elaborar um documento com base nesse estudo, que já está numa fase de desenvolvimento bastante adiantada, e portanto, vamos desse estudo extrair um documento que irá ser apresentado ao senhor primeiro-ministro e ao Ministro da Tutela.

É este o ponto de situação e esperamos que a plataforma logística seja uma realidade. Posso adiantar ainda que relativamente ao concelho de Leiria e porque a zona industrial de Monte Redondo vai ser uma realidade, e porque vai ser atravessada pela A17, a possível localização para a plataforma de Leiria será a freguesia de Monte Redondo/Bajouca.

Relativamente ao atraso na recolha do lixo, isso teve a ver com o facto de ter terminado o concurso e de se ter aberto outro concurso, que se atrasou pelo facto de uma das empresas ter contestado. Neste momento a situação está regularizada, e julgo que não teremos aqui nesta sala ninguém que possa reclamar dos contentores cheios. Em que freguesia diz o senhor que está? Souto da Carpalhosa e Monte Real? Eu vou tomar nota disso e amanhã mesmo vou comunicar à empresa e eles serão



despejados. Fazia um apelo aos senhores Presidentes de Junta e a todas as pessoas em geral, se alguém no final da sessão me quiser dar nota dos contentores que ainda estão cheios, eu agradeço. Já agora, só queria acrescentar que o concurso foi feito na base do número de despejos e nós temos tido uma grande colaboração por parte dos senhores Presidentes de Junta, que nos avisam quando o contentor está cheio, para que a empresa possa fazer a recolha. Portanto, queria agradecer aqui a colaboração que têm prestado e solicitar esta colaboração em termos de sensibilização. Muito obrigada

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Vereadora.

A senhora Presidente tem mais alguns esclarecimentos adicionais? Não!

Portanto a Mesa recebeu uma carta com um pedido de leitura e diz o seguinte:

"Solicitamos que esta mensagem seja lida aos membros desta Assembleia, a decorrer hoje dia 17 de Fevereiro de 2006.

Está a decorrer em Santa Maria da Feira o 10º Congresso da ANAFRE com o tema "Freguesia – Governo de Proximidade – Mais valia no Poder Local", onde estão presentes mais de mil e quinhentos congressistas em representação de freguesias de todo o país.

Em representação da Freguesia de Marrazes estão o Presidente da Assembleia de Freguesia, José Manuel Verdasca Rodrigues e o Presidente da Junta de Freguesia Louraço Figueira, também elementos desta Assembleia.

Considerando que o prestígio e o sucesso com que se está a revestir este Congresso, bem como o facto de que ainda esta noite serão debatidos temas da maior importância para as Freguesias e Poder Local, lamentamos não poder permanecer mais tempo nesta Assembleia, que gostaríamos de fazer, mas que é incompatível com a nossa presença no Congresso.

Gostaríamos de sensibilizar V.Ex.a. para que de futuro não ocorram situações que impeçam a presença dos Deputados nestas Assembleias, por incompatibilidade com outros eventos de igual importância."



Eu devo esclarecer os senhores Deputados que só tive conhecimento do evento, após ter enviado a convocatória para esta sessão. Acontece ainda que, esta sessão foi convocada para hoje, para coincidir com o acto eleitoral e evitar que os senhores Deputados tivessem que vir duas vezes. E portanto, aquilo que me resta fazer é, no futuro, procurar estar mais atento a estes eventos. Não fomos informados previamente, peço desculpa por isso.

Por outro lado, naturalmente que, as pessoas que não podem estar presentes podem sempre ser representadas. Eu sei que gostariam de estar nos dois eventos, mas por vezes, isso também se torna incompatível.

Finalmente, temos as duas moções apresentadas pelo senhor Deputado José Augusto Esteves. Não sei se tenciona manter as duas moções, tendo em conta os esclarecimentos prestados pela senhora Presidente da Câmara, pedia-lhe que as lesse e depois como são moções para deliberação, serão imediatamente postas à votação.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

Apenas duas notas antes da leitura das moções.

As explicações da senhora Presidente da Câmara, no fundo, não trazem nada de novo, confirmam que não foi possível apurar a causa que levou à interrupção da legalização do plano. E portanto, nesta matéria, acho que a Assembleia Municipal tem que de facto definir uma orientação, julgo que era grave se a Assembleia deixasse passar em claro, a necessidade de apurar as responsabilidades em relação a esta matéria.

Depois também, só fazer uma pequena nota.

Não estamos perante uma zona, que possamos dizer que é do Centro Histórico. O Centro Histórico tem uma área delimitada e nem estamos a discutir sequer a bondade do projecto, porque não é essa a questão que aqui está, não é essa a questão de fundo. A senhora Presidente e o executivo podem ter uma opinião muito favorável acerca desse projecto, eu nem sequer ao menos vou dar a minha, porque acho que não é isso que está em causa, o que está em causa, é outra coisa muito mais grave.



Depois, já que vem a uma próxima sessão, o projecto de plano de pormenor da zona Centro, então faz todo o sentido manter a proposta de suspensão deste projecto, até vir aqui o plano à aprovação.

Então passava a ler as moções.

1ª MOÇÃO:

- Tendo em conta que o Plano de Pormenor da zona do Carpalho, da freguesia de Leiria, foi em devido tempo aprovado pela Assembleia Municipal, tendo em conta que só agora e face à aprovação do licenciamento, que altera o uso previsto em tal plano do Edifício Leiriense de Moagem, se tomou conhecimento da sua inexistência legal;

- Tendo em conta que não se conhece as razões, nem são claras as justificações e explicações que levaram à interrupção do processo de legalização do Plano de Pormenor do Carpalho,;

- Tendo em conta que, face à situação criada, é necessário apurar responsabilidades e avaliar se estamos perante práticas de abuso do poder do executivo, que tinha a obrigação legal de lhe dar seguimento;

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 17 de Fevereiro decide:

- Constituir uma Comissão de Inquérito, com representantes de todas as forças políticas, com o objectivo de apurar as causas e eventuais responsabilidades, pela não concretização do processo de legalização, do Plano de Pormenor do Carpalho.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Vou colocar à votação esta moção apresentada pelo Deputado José Augusto Esteves!

Quem vota contra? Trinta e um votos contra.

Quem se abstém? Cinco abstenções.

Quem vota a favor? Dezasseis votos a favor

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com trinta e um votos contra, cinco abstenções e dezasseis votos a favor, rejeitar a Moção.

O senhores Deputados João Cunha e Pedro Biscaia fizeram as seguintes **declarações de voto:**



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

Independentemente da bondade da participação da Assembleia, neste espírito que o Deputado José Augusto Esteves aqui trouxe, de tentar ir um pouco mais além na explicação em relação a esta questão do Plano de Pormenor do Carpalho, penso que a questão explicada aqui, no texto que foi distribuído pela Câmara Municipal, nomeadamente no que diz respeito à ausência de ratificação pelas entidades superiores competentes, foi suficientemente esclarecedora, para nós podermos votar da forma como votámos, ou seja, recusando a proposta que aqui foi dada.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

É conhecido que, por exemplo, em relação à proposta do Deputado José Augusto Esteves, de suspensão do processo do Plano de Pormenor do Carpalho apresentada na última Assembleia, eu abstive-me nessa altura, no pressuposto que hoje havia esclarecimentos. Não me considero suficientemente esclarecido e sobretudo acho que ninguém pode ficar suficientemente esclarecido do procedimento, do porque é que aconteceu. E portanto, a votação que aqui foi feita pela maioria, é uma votação, na minha opinião, de ocultação de eventuais responsabilidades, nem sequer se acusou ninguém, e foi por isso que votei a favor, para o cabal esclarecimento do procedimento, porque felizmente já não estamos em 1789, onde havia o voto por ordem e foi um avanço civilizacional, passar a haver o voto por cabeça ou voto individual.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhores Deputados.

O senhor Deputado José Augusto Esteves vai ler a segunda moção que apresentou à Mesa.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

- Considerando que o projecto urbano da Fábrica Leiriense de Moagem recentemente aprovado pelo executivo municipal, prevê uma mudança do uso que contraria o Plano de Pormenor da zona do Carpalho, aprovado em devido tempo pela Assembleia Municipal, e cujo processo de legalização foi interrompido por razões conhecidas;

- Considerando que está em curso o novo plano de pormenor que incluía aquela zona no âmbito do programa Polis, o qual carece da aprovação da Assembleia Municipal;



A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 17 de Fevereiro decide:

- Propor a suspensão do licenciamento do projecto urbano da Fábrica Leiriense de Moagem, ate ser presente a esta Assembleia, uma nova proposta de instrumento de planeamento para aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Vamos então pôr esta moção à votação.

Quem vota contra? Trinta e um votos contra.

Quem se abstém? Nove abstenções.

Quem vota a favor? Dez votos a favor.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com trinta e um votos contra, nove abstenções e dez votos a favor, rejeitar a Moção.

O senhor Deputado Domingos Carvalho apresentou a seguinte **declaração de voto**:

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO(CDS/PP)

É uma declaração de voto puramente pessoal e faço-a agora em relação a este ponto, por uma razão muito simples:

Quer queiramos quer não, das sucessivas Assembleias Municipais, preocupa-me, que essa questão não possa ter sido ao longo do tempo salvaguardada, em função da Assembleia. Estamos no entanto, a apreciar uma questão que tem a ver com um facto que teve início em 1989, e há uma coisa, que objectivamente não podemos fazer aqui – é iniciar processos de caça às bruxas.

Aquilo que eu peço a esta Assembleia Municipal, é que, em relação aos actos de gestão do executivo, faça o seu papel de acompanhamento e de controle da sua função, porque, como é lógico, cada mandato tem que ter o seu término e este teve e há muito tempo. E por outro lado, como vinha sequenciado por esta proposta a suspensão de um projecto de investimento, como acho que precisamos deles para arranjar empregos, por isso, votámos contra.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Senhores Deputados, com isto terminamos o período de “Antes da Ordem do Dia”.

Vou dar ainda a palavra ao senhor Deputado José Augusto Esteves, pedindo-lhe que seja rápido na sua intervenção.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

Eu não quis utilizar o expediente da defesa da honra, porque eu não faço caças às bruxas.

Contudo, todas as decisões do Município, independentemente do mandato e o PDM não é deste mandato, têm curso legal.

Então agora já não apuramos responsabilidades?

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vou-lhe entregar uma carta, a solicitar e para informar também esta Assembleia, que me dê ou mande dar, as certidões das actas, das ordens de trabalho referentes ao plano de pormenor de Santo Agostinho que aqui se discutiu em Novembro, da última Assembleia Municipal, da parte antes da ordem do dia e da presente acta, antes da ordem do dia, com o objectivo de impugnar a decisão que aqui foi tomada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor Deputado pede certidões das actas, mas tem as actas consigo? Quer as actas certificadas? Muito bem.

Portanto, nós terminámos o período de “Antes da Ordem do Dia”, vou dar dez minutos de intervalo e depois retomaremos os trabalhos.





PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu tinha dito no princípio, que no final desta sessão, tentaria obter a opinião dos senhores Deputados, sobre o local de realização destas Assembleias.

Se formos para a frente, provavelmente fá-lo-emos com a ideia de que a próxima reunião seja feita numa outra freguesia, utilizaremos então essa oportunidade para definir o local das próximas sessões. E assim, dará tempo para os senhores sedimentarem ideias sobre esse aspecto e permitir-me-á também obter esclarecimentos sobre outros factores colaterais, tais como, os custos envolvidos pela utilização dos diferentes lugares, que naturalmente será um factor a ter também em conta.

Vamos então passar à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

A senhora Presidente prescinde da apresentação do documento, uma vez que ele foi distribuído previamente.

Estão abertas as inscrições para a discussão destes relatórios.

O senhor Deputado José Augusto Esteves pediu para usar da palavra, faça favor!

Pedia também aos senhores Deputados, dado o adiantado da hora, o uso de contenção máxima, que lhes permita contudo transmitir a mensagem que pretendem.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia Municipal:

Li e reli o relatório de actividades, na esperança de encontrar uma justificação acerca de uma importante decisão municipal, na minha opinião de uma grave decisão municipal, do lançamento do concurso internacional para a construção do centro comercial, entre o mercado e a zona desportiva. No havia ali nenhuma justificação, nós não estamos no executivo, nem a CDU nem o PCP, e trata-se de ma matéria



muito importante, acerca do qual, naturalmente faz todo o sentido, cada uma das forças políticas dar a sua opinião.

É evidente que me agradava mais, que o relatório que é apresentado, não fosse apenas um relatório feito pelos serviços, meramente burocrático. Mas que pudesse conter informação relevante por parte do executivo, em relação a aspectos da própria actividade municipal, nomeadamente, decisões que são importantes para o concelho.

Mas, também, para dizer que, em relação à questão da decisão da construção do centro comercial regional na zona desportiva e na zona do mercado, na nossa opinião, se trata de uma má decisão, porque ela vai acentuar todos os desequilíbrios no desenvolvimento da cidade e agravar, na nossa opinião, os problemas existentes. É uma má decisão, primeiro porque subverte toda a zona desportiva e o uso que está previsto no PDM, em relação ao plano de desenvolvimento desportivo da cidade de Leiria.

Depois, a senhora Presidente diz que, encontraram, face à opinião do geógrafo Herculano Cachinho, o ovo de Colombo. Mas já se esqueceu, que o ovo de Colombo foi encontrado por aquela "task force" bancária, que queria fazer daquele espaço um "mix" de habitação, serviços e a ocupação total daquela área, não é novidade nenhuma. A novidade aqui, é que abdicámos desta vez, de chumbar uma proposta que na realidade devia ter sido chumbada à partida e que não devia ter sido avançada. Eu já nem falo no mercado e dos pequenos interesses da economia peri-urbana, que vão ser também fragilizados com esta proposta.

Mas gostava de chamar à atenção particularmente em relação a outra ideia que aqui está e que é a tese essencial que suporta esta decisão, que nós consideramos que é uma completa mistificação, que é a afirmação de que o centro comercial regional, favorece a revitalização e a requalificação do Centro Histórico. E eu pergunto aonde? Dêem-nos uma experiência! Digam-nos aonde, em que lugar do mundo, uma pequena cidade ou uma cidade de média dimensão. Nós ainda não somos uma cidade de média dimensão, segundo os critérios que são hoje europeus, é exactamente o contrário. Eu não compreendo como é possível chegar à conclusão de que um centro comercial naquela zona, vai promover, o desenvolvimento do Centro Histórico.



Primeiro, a tendência é para sugar todo o investimento disponível para aquela área. Se houvesse alguém com investimento disponível para o Centro Histórico, naturalmente que veria naquelas duzentas ou trezentas lojas, porque um centro regional tem que ter uma grande dimensão, um motivo para atrair esse investimento. Depois, o casal de Ourém, vem a esse grande mercado da envolvente regional, com o filho, ao sábado ou ao Domingo, que depois de ver duzentas ou trezentas lojas e o miúdo a dizer "compra, compra pai", ainda vai de carreirinha até ao Centro Histórico? Certamente que não vai! Pode ir até, eventualmente, à Heróis de Angola, mas ao Centro Histórico? E dinamizar o Centro Histórico? E revitalizar o Centro Histórico?

Depois, a tendência é para a deslocalização. Quem está num espaço degradado, quem está num espaço que não é revitalizado, que não tem políticas integradas de desenvolvimento e de requalificação urbana, quando vê a possibilidade de um centro dinâmico, é evidente que tem tendência a fazer como fizeram todas as Papelarias Americanas e como fizeram tantos outros, foi deslocalizando à procura da massa que compra.

Eu digo francamente, não sei aonde é que sustentam essa tese, era bom ouvirem opiniões de outros técnicos. É que, aquilo que conheço, particularmente da minha experiência, ou daquilo que oiço falar, é exactamente o contrário. Eu falo de um centro comercial de dimensão regional, um grande centro, não estou a falar de um pequeno centro, bem, mas depois, a decisão tem outras implicações no desenvolvimento da cidade.

Do ponto de vista dos transportes, do tráfego, da mobilidade, o problema que vai ser aquele espaço, ainda por cima com a agravante, de decidirem fazer um corte abrupto, no eixo norte/sul, no grande canal natural de ligação entre partes da cidade. Eu não estou a ver, francamente, para o equilíbrio e para a mobilidade da cidade, como é que vão resolver este problema.

Depois, todo o mundo pôs a questão do Estádio, o monstro, o sistema de vistas, o castelo, a envolvente. E vamos construir outro monstro ali ao lado? Bem, há aqui uma questão, que francamente não percebo.



Eu admito que o PSD e o CDS, vêm sempre a possibilidade de rentabilizar o território. Agora o Partido Socialista, aprovou um projecto, depois do que disse sobre o Estádio, depois do que disse sobre a zona desportiva?

Desculpe, da última vez fiz mal em ter interrompido a minha intervenção sobre o Plano de Actividades, li-o até ao fim e acabou.

Eu tenho direito a dez minutos, em relação a cada ponto!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não, não tem senhor Deputado!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

Então diga-me lá quanto é que eu tenho senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado, a distribuição do tempo é proporcional. Se para este período temos noventa minutos, logicamente que um Deputado não pode ter dez minutos. Eu propositadamente não tentei limitar, agradeço que o senhor Deputado continue e termine, mas não pode ter dez minutos, porque não é por forças políticas, lembro que ainda está em vigor o anterior Regimento. Não interrompamos, faça favor continue as suas ideias.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

São coisas demasiado importantes senhor Presidente, na medida em que o Município tomou uma importante decisão, que aqui no relatório não vem explicada e eu estou a questioná-la. E agora, pedi as justificações também ao Partido Socialista, que são justas pelo seguinte:

O Partido Socialista, se tem memória, sabe que aprovou a Nova Leiria e sabe que a grande justificação para tal decisão, é que Leiria, com a contrapartida que deram, de um novo espaço na Nova Leiria, teria finalmente uma vasta área de zona verde e de lazer, que ia da Nova Leiria até ao Castelo, com a concretização do tal plano do Castelo. E o que é lamentável nisto tudo, a ironia de tudo isto, é que nem vamos ter esse espaço. O que vamos ter, é mais cimento, e a CDU, quando faz aqui esta intervenção, é no sentido de ainda reconsiderarem, verificar outras opiniões, verem outras experiências, apurarem de facto quais são as consequências e quais podem ser as consequências desta decisão. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Eu não tomei conhecimento de mais inscrições sobre este assunto. Este ponto é apenas para apreciação não é para votação, passaremos ao ponto seguinte.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade tomar conhecimento do Relatório de Actividades do Município e Relatório Financeiro.

2. VALORLIS – APRESENTAÇÃO DE PROJECTO – Apreciação;

A senhora Presidente vai dar uma explicação.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Queria apenas dar dois esclarecimentos prévios, relativamente à ordem do dia, em que pedia ao senhor Presidente e aos senhores Deputados para que fossem retirados dois pontos e um deles é exactamente o ponto n.º 2.

Havia intenções de alguns responsáveis da Valorlis virem aqui hoje apresentar um projecto relacionado com o aterro da Valorlis, mas não foi possível terem as coisas preparadas e, daí o meu pedido para se retirar este ponto. Bem como pedia também para ser retirado o ponto n.º 8, porque apesar deste regulamento já ter sido aprovado em reunião de Câmara, antes de vir à Assembleia Municipal, tem que ser colocado à discussão pública e só depois disso é que tem condições para ser aqui apreciado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado pelos esclarecimentos senhora Presidente.

Vamos passar ao ponto seguinte.



**3. ACTUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2006 –
Apreciação, discussão e votação;**

Alguém deseja usar da palavra?

Não havendo, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea e), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, deliberou por unanimidade, actualizar a Tabela de Taxas anexa ao Regulamento para Cobrança de Taxas do Município de Leiria, em 2,3%, de acordo com o IPC de 2005, excepto as taxas do artigo 1º, n.º 6, que são as fixadas no Despacho n.º 8617/2002, de 29 de Abril, do Ministro das Finanças, bem como as taxas relativas a operações urbanísticas, estabelecidas no Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas e das respectivas taxas e compensações constantes respectivamente da alínea 6) do artigo 1º da Secção I e do Anexo I-B da referida Tabela de Taxas. As taxas relativas a estacionamento de veículos em parques ou outros locais a esse fim destinados têm actualização específica por meio de deliberação autónoma

**4. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA POR REGRESSO AO POSTO DE
TRABALHO DE FUNCIONÁRIO NA JUNTA DE FREGUESIA DE CARVIDE;
Apreciação, discussão e votação**

Alguém se deseja inscrever para falar do assunto?

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar a respectiva compensação financeira.



5. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LEIRISPORT, E.M. – Apreciação, discussão e votação

A senhora Presidente quer dar esclarecimentos sobre este ponto.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Só para dar um esclarecimento complementar, uma vez que a deliberação que vos foi distribuída previamente não estava correcta e hoje foi-vos distribuída uma outra para substituição. Essa sim, julgo que está correcta.

De qualquer das maneiras, é só para vos dizer que há uma manutenção dos vencimentos actuais. Não há qualquer alteração, à excepção do vencimento da senhora Administradora, Eng. ^a Isabel Gonçalves, que é nova no Conselho de Administração, a quem é atribuído o correspondente a 1/3 do vencimento de Vereador em regime de tempo inteiro, de acordo com o que a lei permite.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

É para dizer que nós não acompanhamos a opinião, de que os Vereadores a tempo inteiro, devem receber suplementos de salário no exercício das funções municipais.

E portanto, apresentamos uma proposta, em relação à senhora Vereadora, dizendo que, neste contexto, pensamos que não deve ter a remuneração que aqui é proposta. E para além de todas as considerações naturalmente de ordem legal, que possam aduzir em relação a esta matéria, já agora gostaria de dizer que em coerência, nem ao menos sequer se devia pôr esta questão.

A senhora Vereadora criticava o senhor Vereador Paulo Rabaça no anterior executivo, por pretender ter este suplemento de remuneração. Estava em desacordo que a Lerisport pudesse ter existência e até defendia, que a Câmara, devia directamente administrar o conjunto de equipamentos que a Lerisport tem à sua guarda. E então, eu pergunto: Se estes equipamentos estivessem de facto à sua responsabilidade directa, do seu Pelouro, naturalmente que não teria direito a essa



subvenção? Daí que, a nossa proposta está entregue à Mesa e é no sentido de em relação aos Vereadores, não considerar esta proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu vou deixar que haja mais discussão sobre este assunto, antes de submeter a proposta do senhor Deputado à votação.

Inscribe-se o senhor Deputado Vitorino Pereira e no final votaremos a proposta.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Pereira, Bloco de Esquerda.

Este simples papel que tenho na mão, é a prova evidente, que a maioria que dirige o executivo e que dirige a Câmara, crê que esta Assembleia é para ser dirigida por eles, fazendo dela – logo de nós, uns simples núncios da sua vontade. Mas estão enganados, porque quer queira quer não, quem delibera somos nós e quem executa são eles. Foi para isso que recebemos os votos daqueles que acreditaram em nós.

Antes de nós, Bloco de Esquerda, já houve também que se insurgisse aqui, contra esta tentativa de desprestigiar esta Assembleia, tentando retirar-lhe o cargo de direcção e fiscalização que tem, e passo a citar a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que no seu artigo 41º, diz "A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município".

Mas este arrazoado todo, vem a respeito de quê? Perguntarão os senhores!

Deste papelinho, responderemos nós. Nele se propõe a aprovação pura e simplesmente, da remuneração do Conselho de Administração da Leirisport E.M., com efeitos retroactivos a 15 de Dezembro de 2005, provavelmente por questões relacionadas com o subsídio de Natal. E este papelinho, é tudo o que a Câmara entende ser necessário, para que nós, Deputados Municipais, possamos deliberar, votar, as mencionadas remunerações e corresponde a todas as informações que a mesma Câmara crê ser suficiente, para que nos termos da convocatória, se aprecie, discuta e vote, a remuneração dos membros do Conselho de Administração da Leirisport.

A Câmara, não quer que nós deliberemos, que nós discutamos os problemas que nos são propostos, que nós saibamos da realidade camarária. O que ela quer é governar pura e simplesmente, a seu belo prazer, sem dar contas a ninguém. Tem sido essa a sua tática, mas não contem connosco para colaborarmos nessa via, que consideramos profundamente antidemocrática.



Qual de nós, senhores Deputados, pode com o mínimo de consciência, votar nas remunerações que nos são propostas, sem trair quem em nós confiou, sem saber minimamente o que se passa com a empresa municipal, que quer dar tão chorudos ordenados aos seus membros de Conselho de Administração, sem nos explicarem o porquê das escolhas efectuadas, o porquê das remunerações, os dinheiros que existem, as dívidas que tem a empresa municipal e as receitas da mesma.

Quando a totalidade do capital social é detida por um ente público, este não pode deixar de pautar a sua intervenção, de acordo com critérios de rigor e de transparência na gestão dos dinheiros públicos. E é este o nosso caso.

O que a Câmara pretende, é pois o contrário do que expus. É que votemos sem qualquer critério e na não transparência. Nenhum de nós, tem o mínimo de dados que nos permita votar nas remunerações propostas. Votar nelas, seria como se duas pessoas se unissem, sem saber quanto ganhava cada uma, arrendassem uma casa por quinhentos euros para nela viverem e arranjassem uma assalariada, a quem dariam setecentos e cinquenta euros mensais, para ajudar nas lides domésticas.

Quem de entre nós, não entende de imediato, que quem tal fizesse, era louco ou desprovido do mínimo de capacidade para gerir bens? Pois é isto mesmo, que a Câmara nos propõe que façamos.

Mas mais grave ainda, é que a empresa de que falamos, é uma empresa altamente deficitária, que tem tido uma gestão a todos os títulos ruinosa, que mantém dois dos três administradores anteriores e propõe um terceiro, que sempre foi contra a mesma, denunciando publicamente em alto e bom som, a sua inoperância e desbaratamento de dinheiros públicos por ela efectuada. E agora vai acumular, além do ordenado de Vereadora a tempo inteiro, por estar em exclusividade de funções, mais 1/3 desse mesmo ordenado, para trabalhar numa empresa que pertence à Câmara, que lhe paga o seu ordenado e dentro do mesmo horário de trabalho. É obra, temos que convir!

Porque não fica por exemplo responsável, o Vereador do Pelouro desportivo, sem receber mais qualquer quantia, aliás, como acontece noutros municípios? Ainda por cima, dizíamos, remunerações de uma empresa municipal, a que a maioria camarária não permitiu que fosse efectuada uma vistoria, conforme pedido feito pela oposição.

Têm medo de quê?



Todos nós sabemos qual é o medo e estamos a falar de uma empresa pública, que efectuou um contrato até 2014, com um clube privado, que o Tribunal de Contas considerou simpaticamente desequilibrado a favor da entidade privada, numa demonstração inequívoca de falta de independência e que mantém um dos administradores que o elaborou.

Cito novamente, um artigo de Julho de 2005:

"A obra – Estádio Municipal – é gerida por uma empresa municipal, a Leirisport, e que tem despesas de manutenção anuais na ordem de um milhão cento e oitenta mil euros. Pelo empréstimo bancário feito, vai pagar este ano, estamos a falar em 2005, mil novecentos e vinte e um milhões de euros, verba que a partir de 2006, vai ascender a qualquer coisa como três mil e vinte e quatro milhões. Nesse Estádio, actua o União de Leiria, clube que apresentou para a presente época, um orçamento que rondará os três milhões de euros. No entanto, em vez de pagar pela utilização do espaço municipal, recebeu de facto, na época de 2004/2005, novecentos mil euros da autarquia leiriense, através da Leirisport, tendo por isso prescindido de quaisquer receitas de bilheteira e publicidade. O argumento avançado para tão estranha situação, é que o União seria uma entidade prestadora de um serviço/espectáculo, que como tal deve ser pago. No entanto, isto não está a convencer quer o Tribunal de Contas quer a Procuradoria-Geral da República, e bem vistas as coisas, uma empresa de espectáculos que apenas preenche 1/3 do recinto seria demitida em qualquer parte do Mundo." - fim de citação.

Será que o articulista se enganou?

O prejuízo da Leirisport, é dez mil euros/dia, em escudos. dois mil contos diários. Só no primeiro semestre de 2005, o saldo negativo, foi quase de dois milhões de euros e apesar disto tudo, apesar desta situação, ainda fazem viagens à Alemanha à custa do nosso dinheiro, sete pessoas da Leirisport, para adquirirem mais conhecimentos para melhor gerir o Estádio. E querem que, administradores que conduzem, ou melhor e desculpem o neologismo, que desconduzem a Leirisport, sejam reconduzidos com chorudos ordenados, e alguns, com mais mordomias, como ajudas de custo, etc, com ordenados muito superiores a um professor no fim de carreira ou



a um magistrado judicial. Quem pode votar conscientemente, favoravelmente, sem mais dados? Ninguém, dizemos nós!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado, mas eu quero aqui esclarecer o seguinte:

Naturalmente, que o senhor Deputado tem direito à sua opinião e é por isso que aqui está. Mas a Mesa, e nomeadamente a Presidência da Mesa, rejeita qualquer implicação de que haja a tentativa de dominância da Assembleia por parte da Câmara. A Câmara apresentou uma proposta, o senhor Deputado comenta-a e depois votá-la-emos.

Mais alguém tem algum esclarecimento a pedir ou algum comentário?

A senhora Presidente da Câmara pediu para dar alguns esclarecimentos. Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Só uma nota, para explicar porque é que é a data de 15 de Dezembro, senhor Deputado, e para lhe retirar da cabeça essas ilações abusivas.

É 15 de Dezembro, porque foi exactamente nesta data que foi eleita a nova administração da Leirisport e, portanto, têm que ser fixados os vencimentos a partir da data em que é eleita.

Relativamente a algumas observações que acabou de fazer, digo o seguinte:

O senhor começa por dizer que não pode votar ou que não concorda, porque não conhece a actividade da Leirisport e depois está ali a divagar durante quase cinco minutos sobre a actividade da Leirisport, inclusivamente com números e pormenores.

Das duas uma: Ou não disse a verdade ao princípio, ou então falou daquilo que não sabia. Não há outra hipótese!

Fica apenas a nota, de que tudo quanto o senhor quiser saber sobre a Leirisport tem uma forma muito correcta de o poder fazer. Dirige um pedido à Mesa, sobre os elementos todos da Leirisport ou de qualquer outra actividade da Câmara, e a Câmara fornecer-lhe-á esses elementos, para estar devidamente esclarecido e poder ter acesso a essa transparência, que o senhor passa a vida a pregar e que, já uma vez lhe disse, não encaixo de maneira nenhuma essa preocupação da transparência.



Eu também tenho essa preocupação! Se o senhor quiser saber mais alguma coisa, só tem que pedir, porque não posso adivinhar aquilo que o senhor quer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Alguém mais quer pedir esclarecimentos?

Muito breve senhor Deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

É só para dizer à senhora Presidente, que deve ter a memória curta, que o Bloco de Esquerda está à espera, desde o início de Dezembro de 2005, que lhe sejam entregues documentos, para poder discutir e votar o orçamento apresentado em fins de Dezembro de 2005. Ainda não recebemos nada!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Deputado, a Câmara tem um prazo para lhe fornecer esses documentos e cumpri-lo-á.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

É isso que eu tenho tentado demonstrar a esta Assembleia, que não são cumpridos os prazos e muitas vezes não basta o cumprimento de prazos...

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

O senhor Deputado, pede-me elementos a oito dias da Assembleia Municipal. Com certeza que não houve disponibilidade para lhos dar.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Desculpe, mas pedi, se não me engano, no dia 2 de Dezembro e até hoje ainda não os recebi. Todo o argumento que aqui expandi, tive que andar à procura na Internet e noutros locais, porque a câmara não os deu e tem que os dar.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado, Senhora Presidente, não podemos continuar este diálogo.

Se o senhor Deputado entende que deve pedir elementos sobre esta questão da Leirisport, faça favor de apresentar o requerimento.

Pedia agora ao senhor Deputado José Augusto Esteves, para ler a sua proposta, para depois ser colocada à votação, uma vez que, se for aprovada, implicará alterações à proposta da Câmara.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

É claro que o mais justo, já agora se me permite, era que então, já que há uma proposta, que diferencia cada um dos membros na administração, cada uma fosse votada de "per si" e não em conjunto.

PROPOSTA:

- Tendo em conta que a senhora Vereadora Isabel Gonçalves, está a tempo inteiro nas suas funções municipais;

- Tendo em conta que a sua participação na Administração da Leirisport, é no âmbito das suas funções municipais;

- Tendo em conta que para tais funções, a senhora Vereadora já está devidamente remunerada;

A Assembleia Municipal decide não autorizar qualquer suplemento de remuneração a favor da senhora Vereadora do pelouro do desporto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Eu penso que o mais correcto é votar primeiro esta proposta, porque se votássemos a da Câmara, esta depois não tinha cabimento.

Por outro lado, em relação à votação "per si" dos três vencimentos, eles fazem parte de uma proposta. E portanto, não faz sentido separar, cada um votará como entender, e se quiser depois fazer uma declaração de voto, que diferencie isso, poderá naturalmente fazê-lo.



Em relação à proposta apresentada pelo Deputado José Augusto Esteves:

Quem vota contra a proposta?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com trinta e um votos contra, dezanove abstenções e quatro votos a favor, rejeitar a proposta.

Vamos agora colocar à votação a proposta da Câmara Municipal que corresponde ao ponto n.º 5 da ordem de trabalhos:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

a Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea I), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou aprovar por maioria, com cinco votos contra e dezassete abstenções, nos termos constantes da proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor Deputado Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, vai apresentar uma declaração de voto.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Quando foram aprovados na Assembleia anterior os estatutos da Leirisport, chamámos a atenção para o facto de que a Assembleia era o órgão fiscalizador da Câmara Municipal e deixaria de ser o órgão fiscalizador da Leirisport, ou seja, deixaria de ser o órgão fiscalizador de uma parte importante da Câmara Municipal e na realidade deixámos de ser.

Não vêm a esta Assembleia as contas e os orçamentos da Leirisport, há um fiscal único, e nós, Assembleia Municipal, deixámos de ter competência fiscalizadora nesta área.



Por este facto e por nunca termos concordado com esta metodologia, não me parece que tenhamos agora capacidade, para discutir e votar um assunto, do qual, na realidade, não temos conhecimento absolutamente nenhum, acerca do desenvolvimento daquela casa. Daí o meu voto contra a proposta. Obrigado

6. ALTERAÇÃO DE TRAÇADO DE VIA DE CIRCULAÇÃO PÚBLICA – BECO DA MARUJA (PINHEIROS) FREGUESIA DE MARRAZES – AUTORIZAÇÃO- Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém se quer inscrever para discutir este assunto? Ninguém!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com uma abstenção, autorizar a alteração de traçado de via de circulação pública no Beco da Maruja, sito em Pinheiros, Freguesia de Marrazes.

7. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARVIDE– Apreciação, discussão e votação;

Alguém se quer inscrever para discutir este assunto? Ninguém!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar a alteração ao objecto de protocolo de delegação de competências da Junta de Freguesia da Carvide.

8. REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

Retirado



9. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO DA CIDADE DE LEIRIA: DEFINIÇÃO DE ÁREAS E TARIFÁRIO – FIXAÇÃO DE TAXAS – Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende intervir sobre este assunto?

Faça favor senhor Deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

É-nos apresentada uma deliberação da Câmara para apreciação sobre a estruturação e tarifário do estacionamento na cidade de Leiria.

São-nos propostas duas tabelas de preços:

Uma para o Parque de estacionamento da Fonte Quente, outra para o estacionamento em arruamentos.

Face às características diferentes das duas situações, merecem uma análise distinta, até porque temos opiniões não coincidentes, sobre a justeza das respectivas tabelas.

O parque de estacionamento da Fonte Quentes, foi uma velha aspiração dos Vereadores do PS, do mandato que se iniciou em 1994, culminando com a elaboração de um projecto e, posterior abertura de concurso para a sua construção, aprovada em reunião de Câmara de Agosto de 1996.

É uma obra que nos merece o maior apreço, pois para além da importante função específica para que foi criada, constitui uma notável requalificação para uma zona que se encontrava em grande estado de degradação.

Os pressupostos que justificam a formação do tarifário mostram-se pertinentes, em termos de modalidades e escalonamento de preços.

Estes foram calculados, segundo afirma o proponente e não há razão para duvidar, para permitirem o ressarcimento das despesas inerentes à sua manutenção e segurança.

O mesmo pudéssemos dizer de outras obras homólogas que para nós constituem verdadeiros enigmas, como é o caso da sustentabilidade económica do parque subterrâneo do Largo de Infantaria.



Terá havido um estudo de viabilidade económica do mesmo? O que se prevê que se altere naquela zona para vir a ancorar aquela estrutura? Embora tratando-se, tanto quanto julgo saber, de uma exploração da responsabilidade de particulares gostaria de ser informado qual o montante das verbas públicas de que aquela construção beneficiou.

Também gostaria de saber, embora isso provavelmente não seja fácil, qual o índice de ocupação médio do referido parque.

Esperam os leirienses, que o alargamento da tarifação a toda a Avenida Marquês de Pombal, não seja a primeira medida para resolver o problema de míngua de clientes, que com certeza se está a verificar, no parque subterrâneo.

Voltemos agora ao tarifário proposto para os arruamentos.

As considerações preliminares para a justificação dos preços não existem, referindo-se somente as vantagens da vigilância por parte da PSP, que são óbvias, embora incompletas pois não se referiu o impacto financeiro positivo que será com certeza importante. Com vigilância a Câmara vai arrecadar maiores verbas, mesmo em termos líquidos, no caso deste reforço de vigilância ser pago.

Vem neste documento a Câmara propor uma redução das tarifas que estavam em vigor, equivalendo-as agora às praticadas nos parques de exploração particular, no resto da cidade.

Não havendo, para este estacionamento nos arruamentos, grandes variáveis da formação do custo horário, que nos orientem para o que é um preço justo ou injusto, temos que nos ficar pelo conceito do caro e do barato.

Faces a estes condicionalismos não se pode resistir à comparação das taxas propostas pela Câmara de Leiria, com as praticadas noutras cidades, em condições semelhantes.

Não vamos escolher para argumentar, as Caldas da Rainha, Ourém, Marinha Grande, Alcobaça ou Pombal, tendo em conta a dimensão, logo a menor pressão da procura, podemos falar sim em Viseu, Aveiro, Coimbra ou mesmo a cidade do Porto.

Dois exemplos, retirados dos sites oficiais das respectivas Câmaras: Coimbra e Porto, mostram-nos o seguinte:

Em Coimbra, além de haver fracções de vinte e quatro minutos que custam vinte cêntimos, uma hora custa cinquenta cêntimos. No Porto, há dois tipos de taxa, conforme o tipo de arruamento que se trate. Há taxas de trinta cêntimos e sessenta



cêntimos. Há taxas de trinta cêntimos, em ruas, que mesmo quem não conhece o Porto já ouviu falar, Rua Alexandre Herculano, Rua da Boavista, Rua do Bulhão, Rua do Campo Alegre, Rua de Cedofeita, Rua Gonçalo Cristóvão, Praça Marquês de Pombal, e só se pagam sessenta cêntimos por hora, vejam bem, na Avenida dos Aliados, na Praça da Liberdade, na Rua Sá da Bandeira e na Rua 31 de Janeiro.

Em termos comparativos, em cidades com dimensão semelhante ou superior, o estacionamento proposto para Leiria é caro.

Nestas circunstâncias, é nossa estrita obrigação, apresentar uma proposta de redução da tabela a praticar, nas zonas de estacionamento de duração limitada apresentada pela Câmara.

Para os períodos de trinta, sessenta, noventa e cento e vinte minutos, as taxas que propomos são de : 0,30, 0,60,0,90 e 1,20 euros respectivamente.

Reafirmamos o que dissemos noutra intervenção sobre os custos de viver nesta cidade. Vamos aliviar um pouco os custos de ser leiriense.

Bem recebido seria um gesto de não agravar mais o custo de viver na nossa cidade, contemplando esta proposta que seria assim aprovada por larga maioria. Muito obrigado

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

O senhor Deputado Pedro Biscaia pediu para usar da palavra e depois o senhor Deputado João Cunha. Faça favor senhor Deputado!

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros membros da Assembleia Municipal de Leiria:

Na Ordem de Trabalhos desta sessão, o senhor Presidente, por imperativo da deliberação camarária, inscreveu no ponto 9 " *Estruturação do sistemas de estacionamento da cidade de Leiria: definição de áreas e tarifário – fixação de taxas.*"

Assim lido, bem como o texto da proposta relativo ao tema, que acompanha os documentos previamente distribuídos, poder-se-ia concluir que a questão fulcral do ordenamento do estacionamento e da mobilidade em Leiria, seria uma mera questão do valor das taxas a cobrar aos munícipes. Mesmo que assim fosse, ficou



sobejamente demonstrado na intervenção do Deputado António Sequeira que a fundamentação da proposta que aqui estamos a apreciar e que iremos votar, não suporta um objectivo claro que vise a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. As tabelas apresentadas são, tão só, um exercício contabilístico descontextualizado, que encara essa vertente estruturante do território urbano como um “porquinho mealheiro” das receitas da Câmara. O reconhecimento disso mesmo é a argumentação da maioria que se disponibilizou a estudar a hipótese de poder rever os valores agora propostos, no espaço de um ano.

Significa portanto, que estamos perante uma simples experiência avulsa em que as cobaias somos todos nós, os anónimos utentes da cidade.

Ora, importa aqui tentar reflectir para que serve o instrumento de gestão da aplicação do estacionamento pago.

1 - O argumento mais usual é o de desencorajar o acesso de automóveis particulares aos núcleos centrais das cidades. É aceitável que assim seja, embora deva ser sempre equacionado, em simultâneo, com a existência de uma verdadeira rede de transportes urbanos, atractivos, funcionais, cómodos e de frequência concorrencial com o transporte individual. No entanto, em Leiria foram recentemente construídos três parques de estacionamento, localizados precisamente na zona central o que contraria o tal pressuposto de desincentivo de acesso ao chamado casco urbano.

Por outro lado, o circuito Mobilis, cuja existência saudamos, é apenas um pequeno e tímido passo no sentido desejado, mas que ainda não corresponde às necessidades de cobertura do espaço urbano, nem à cadência aconselhável.

2 - Outra razão enunciada para taxar o estacionamento prende-se com a necessidade de promover a maior rotatividade de imobilização dos automóveis, tentando, com tal medida, beneficiar o comércio e os serviços dessas zonas, que assim terão, potencialmente, mais clientes e utentes. Mas, ao aplicar-se taxas de valor quase proibitivo, está-se a desencorajar aquilo que se diz querer favorecer.

3 - Poderá ainda ser aduzida a argumentação de que o estacionamento é hoje um bem público escasso e, como tal, deve ser gerido de forma criteriosa, integrado numa estratégia global de mobilidade interna. Acontece que na proposta apresentada não se vislumbra uma linha, um vector, uma apreciação de necessidades ou



tendências que possam, por exemplo, distinguir as diferentes situações de diferentes artérias urbanas.

A rotatividade deverá ser a mesma, na Avenida Heróis de Angola ou na Rua Machado Santos? Há a mesma densidade de residentes na Avenida Marquês de Pombal ou na Rua João de Deus? A concentração de serviços é semelhante no Largo da república ou na Rua Comissão de Iniciativa? É óbvio não, mas parece que a Câmara não dispõe de dados seguros capazes de implementar justas discriminações. E o mais estranho nesta constatação é que a Autarquia dispõe de meios técnicos e humanos suficientemente habilitados a fazer um correcto planeamento deste problema.

4 - Ouve-se, também, com frequência, críticas ao alegado comodismo dos leirienses que preferirão o transporte privado em relação ao público. É uma afirmação que só pode ser provada no dia em que houver oferta concorrencial suficiente, que a nível da rede pública de transporte quer na existência de parques periféricos cuja localização corresponda a percursos radiais de maior fluxo. Aliás, mesmo com todas as conhecidas limitações que ainda se detectam no circuito Mobilis, a frequência tem vindo a exceder as melhores expectativas, desmentindo, sem apelo, os mais cépticos. Da mesma forma, o parque de estacionamento junto ao Estádio, construído como sabemos, a título provisório devido às exigências do EURO 2004, tem tido uma ocupação considerável, talvez devido à sua gratuitidade, ao invés da diminuta frequência de alguns parques concedidos à exploração privada que praticam preços e formas de cobrança de segmentos horários, completamente desajustadas do padrão médio de consumo.

Por isso mesmo, a questão do estacionamento e mobilidade em Leiria, não se resume à definição casuística do valor das taxas a cobrar.

O verdadeiro problema é que a Câmara Municipal não dispõe de instrumentos globais de planeamento do trânsito e mobilidade interna, uma vez que depende da boa-vontade e capacidade de negociação da empresa rodoviária que explora, numa perspectiva comercial, os transportes no Concelho e que as dinâmicas do mercado funcionem quanto aos parques privados de estacionamento subterrâneos, ficando assim a Câmara remetida a uma atitude passiva, sem poder liderar uma estratégia municipal que articule transportes, estacionamento e mobilidade.

Essa é a questão decisiva e sem a qual apenas trataremos, pontualmente, de remendar a "manta curta".



Trata-se duma nova perspectiva para a gestão da cidade que, só por si, nem entra na querela político-partidária, pois são conhecidos casos de localidades, como Coimbra, também geridas há anos pelo PSD, que possuem estratégias integradas deste tema em que tanto influi, transversalmente, na qualidade de vida urbana.

Essa ambicionada gestão articulada, para além das vantagens já enunciadas, contribui para a coesão social aproximando e integrando núcleos dispersos da cidade, regula o mercado imobiliário, pois o critério do preço da habitação já não será tão determinado pela sua localização, intervém positivamente no arrendamento comercial, favorece a interação cultural e desportiva da população facilitando a deslocação de públicos e praticantes, melhora as condições de segurança pública e privada e tem um decisivo papel na qualidade ambiental quanto à emissão de gases poluentes, ao ruído e ao desperdício de energia.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais:

Depois de termos explanado o que consideramos ser essencial e de termos concluído que a revisão das taxas de estacionamento, mesmo com alguma redução, não corresponde às necessidades, nem soluciona a questão de fundo, votaremos, coerentemente, contra a proposta apresentada, caso não seja acolhida a alteração sugerida pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

Nós entendemos, relativamente a esta proposta que está aqui subjacente, que é uma proposta que obviamente visa disciplinar de alguma maneira, algum dos caos de estacionamento que se verifica em certas zonas urbanas da cidade, e sob esse ponto de vista, é altamente positiva.

Mas nós queremos que se vá um pouco mais longe. E entendemos, que o Mobilis, tem que constituir a verdadeira alternativa para os cidadãos que se pretendem mobilizar nesta cidade. E portanto, nós entendemos que essa aposta no Mobilis, tem que ser duma forma muito acentuada.

Propomos que se façam campanhas de divulgação mais acentuadas do Mobilis, se reforce a sua capacidade de prestação e que se arranjem meios, para que este meio seja realmente um meio adequado, para que o cidadão de Leiria tenha essa alternativa.



E por isso, queremos aqui deixar a proposta, para que uma percentagem a definir através de um estudo feito pela Câmara Municipal, do estacionamento cobrado, a partir destas tabelas que estão aqui a ser apresentadas, seja alocado para o financiamento de novos circuitos e para a sustentabilidade do Mobilis, que está neste momento a ser desenvolvido. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Mais alguém pretende discutir este assunto?

Entretanto vou dar a palavra à senhora Presidente para alguns esclarecimentos.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Acho importante que o senhor Vereador responsável, dê alguns esclarecimentos, na sequência das intervenções.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor Vereador Fernando Carvalho.

VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Fernando Carvalho, Vereador.

Boa noite a todos, os meus cumprimentos.

Eu iria responder às intervenções dos senhores Deputados António Sequeira e Pedro Biscaia, mas antes falaria um pouco da proposta.

Nós achamos que hoje existem algumas condições diferentes de um tempo atrás. E começava um pouco por contrariar e acho que é quase imperdoável aquilo que o senhor Deputado Pedro Biscaia aqui disse. Quando falou de não haver planeamento e de haver decisões casuísticas apenas, isso não se compadece com aquilo que tem acontecido nos últimos tempos. O senhor que participou em muitos ou na grande maioria dos conselhos municipais de trânsito, que teve entrada franca no meu gabinete e dos meus assessores, que pôde consultar todos os documentos, sabe que isso não é verdade. E sabe que esta Câmara, quando tomou posse no seu primeiro mandato, em 05 de Janeiro de 1998, passado muito pouco tempo, começou a tomar decisões que têm a ver com planeamento. Fez protocolos com universidades públicas, a primeira com a Universidade de Coimbra, com a Faculdade de Ciências e



Tecnologia, daí resultaram estudos que vieram a ter enorme aplicação na área da mobilidade urbana da cidade de Leiria.

Mais tarde e como entretanto a ESTG em Leiria, adquiriu valências também nesta área, também protocolamos com eles estudos, que vieram a ser uma interferência em decisões que aqui tomamos com a criação do Mobilis, com a reestruturação da rede viária, com o planeamento de outra rede viária, não só para a cidade de Leiria mas para o concelho de Leiria, que como sabe existem e já consultou também esses documentos. Fizemos parcerias com outras entidades, nomeadamente a APLA, que tem a ver com o planeamento do território, em termos de melhorar as condições de mobilidade, para pessoas com mobilidade reduzida, entre outras, e portanto, quando se vem aqui dizer que estas decisões são tomadas casuísticamente e que não há planeamento, eu tenho que rebater. É falso. Nós temos vindo a planear estas acções, que ao longo do tempo têm vindo a ser tomadas.

Ora bem, em termos de estacionamento, na cidade de Leiria, nós não podemos inventar nenhum ovo de Colombo. A cidade de Leiria, já aqui foi dito hoje, não é uma grande cidade, não é uma cidade média em termos de contexto internacional, mas à escala nacional, é uma cidade média, que tem a sua pressão de estacionamento própria.

Em Leiria, a relação número de automóveis/número de cidadãos, é enormíssima, é das maiores se não a maior do país. E portanto, tem uma realidade própria, diferente de outras cidades e é por isso que se tem que estudar o fenómeno de Leiria e tomar decisões em função daquilo que realmente acontece em Leiria.

Hoje, e mercê de obras que foram feitas durante os últimos dois mandatos, foi possível apresentar já, parques de estacionamento com características de longa duração. Um dos exemplos, é este que aqui está, junto ao Estádio, junto à Piscina Municipal. E hoje, muitas das pessoas que trabalham no centro da cidade, podem aqui estacionar, podem fazer uma caminhada de cinco ou seis minutos até ao centro, e estacionar gratuitamente durante todo o dia. Mas depois precisamos dos parques de estacionamento de curta duração e portanto, quando alguém fala contra os parques que foram construídos no centro da cidade, penso que são pessoas que não conhecem a realidade daquilo que se passa em qualquer ponto do mundo.



É fundamental que existam parques de estacionamento de curta duração, para apoio às actividades económicas e aos serviços. E foi por isso que eles foram promovidos.

Uns através de concessão e de direitos de superfície e claro, tem que haver investimento privado e depois, como é óbvio, tem que haver algum retorno desse investimento privado, através da taxa. O outro, foi aquele realizado nomeadamente com investimentos do programa Polis, nomeadamente o de Santo Agostinho, e agora este, da Fonte Quente, que aqui trazemos hoje, para fixação das taxas de exploração.

O parque de Santo Agostinho e da Fonte Quente, foi construído numa lógica de estudo, que foi feito entre a Câmara e depois também pelos planeadores que fizeram estudos do programa Polis, e que chegaram à conclusão que era necessário haver parques não tão centrais, mas dada a configuração da cidade de Leiria, serviriam também para apoio às actividades da cidade de Leiria.

O Parque da Fonte Quente, julgo que será um parque com maior probabilidade de sucesso mais a curto prazo, penso que estaremos de acordo em relação a essa matéria. O Parque de Santo Agostinho, de facto, terá que provavelmente ter outro tipo de estratégia, em termos de utilização, está-se a trabalhar nisso juntamente com a empresa privada, para que possa ser mais utilizado.

Eu quero aqui lembrar que toda aquela zona, foi aprovada na Câmara Municipal sem um voto contra. Aliás, os senhores Vereadores do Partido Socialista, apenas fizeram uma observação, no que diz respeito às tarifas de superfície. E reparem, nós estamos aqui a propor baixá-las 12,5%, não estamos a propor manter as tarifas ou subi-las ligeiramente em função do índice de preço ao consumidor, nós estamos a propor baixar as tarifas em 12,5%.

O Partido Socialista na reunião de Câmara, achava que deveríamos ir um pouco mais longe, reduzir um pouco mais. Eu, não estou fora dessa proposta e assim o disse na reunião de Câmara. Agora, é preciso ver, que a cidade, vai entrar, na sua zona central, daqui a poucos dias, em obras que vão limitar algumas movimentações do centro e também algumas opções de estacionamento no centro. E portanto, é preciso assegurar uma rotatividade eficaz no centro, para apoio às actividades económicas. E por isso é que não devemos ter a veleidade de fazer já uma redução de 25%, porque isso pode pôr em causa a normal rotatividade do estacionamento.



O nosso compromisso foi que, dentro de um ano, estaríamos dispostos a rever as taxas e julgo que haverá condições, dentro de um ano, para conseguirmos ir para os 60 cêntimos/hora.

Também quero aqui contrariar aquilo que foi dito, penso que pelo Deputado Pedro Biscaia, que os parçómetros, são uma espécie de mealheiro para receitas da Câmara. Repare, a Câmara de Leiria, como as outras Câmaras, não tarifa o estacionamento de superfície para obter receitas. É obvio que não é esse o propósito.

O estacionamento de superfície, tem que ser tarifado, para que haja organização, disciplina, para assegurar rotatividade e oferta às actividades económicas. É por isso. De uma vez por todas, as pessoas têm que perceber, que é para organizar a cidade e para que os utentes da cidade, possam vir comodamente usufruir da cidade. De outra forma, se nós porventura, decidíssemos acabar com toda a tarifa de superfície dos parques de estacionamento, o que teríamos era um caos de estacionamento na cidade. Às nove e cinco minutos, toda a zona central da cidade, estaria ocupada, em termos de estacionamento, pelos empregados do comércio, pelos empregados bancários, de serviços etc. e todas as pessoas que quisessem vir usufruir de serviços, do comércio da cidade, ou de outra qualquer actividade económica, não poderiam estacionar a não ser a um quilómetro de distância. E portanto, é a regulamentação que é imperativa e é isso que nós estamos a fazer.

Queremos fazê-la de uma forma moderada, de uma forma equilibrada e por isso, fica o compromisso de, cerca de dentro de um ano, se houver condições para isso, em termos de oferta e de rotatividade, poderemos reduzir o tarifário para sessenta cêntimos.

A proposta também prevê o desaparecimento daqueles lugares, que vão ser digamos, abolidos em frente à zona do jardim, entre o jardim/Banco de Portugal, como sabem, e mercê da intervenção do programa Polis, esse estacionamento vai desaparecer. Portanto tinha que ficar em regulamento aprovado, o desaparecimento desse estacionamento.

Em relação ao parque de estacionamento da Fonte Quente, o tarifário que é proposto é um tarifário um pouco dissuasor, com a possibilidade da tarifação da meia hora, com uns vinte e cinco cêntimos, e portanto, vamos criar aqui condições de numa



zona menos central, mas que é importante também para apoio ao comércio do centro da cidade, criar aqui um estacionamento com preços bastante moderados.

E quero aqui realçar, o tratamento privilegiado que estaremos a dar com esta aprovação, aos residentes não só na Rua Comissão de Iniciativa, como também, na rua adjacente ao prolongamento, a Rua Anzebino da Cruz Saraiva e a todo o Bairro dos Anjos. Julgamos portanto, que haja aqui uma oferta mais equilibrada de estacionamento.

Penso que disse tudo, se houver mais alguma questão adicional, estou disponível também para outros esclarecimentos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado Pedro Biscaia, nós não podemos andar a replicar em relação aos esclarecimentos. Se tem uma mensagem muito curta vou-lhe dar a palavra, mas tem que ser mesmo muito curta.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

O mais telegráfico possível senhor Presidente.

Senhor Vereador Fernando Carvalho, o senhor, pelo aquilo que disse, na minha opinião, não contestou a minha intervenção inicial, ou seja:

Eu não disse que a Câmara não tem capacidade de planeamento, pelo contrário, disse até que tem bons técnicos e tem bons meios para o poder fazer. Aquilo que eu disse, é que a Câmara, neste momento não tem instrumentos de planeamento, que é diferente. Quando, o estacionamento de parques subterrâneos é privado e está dependente do mercado, quando os transportes públicos estão também numa empresa privada e portanto dependem da boa capacidade de negociação coma Rodoviária do Tejo, mesmo por exemplo, com a questão do Mobilis, que o Deputado João Cunha refere e bem, e que eu saudei a sua existência, que é preciso desenvolver, é preciso ver que a questão do Mobilis, poderia ter sido, isto é uma suposição, quando cessou o contrato com a Rodoviária, eventualmente renegociado com um novo caderno de encargos, porque o Mobilis, está a ser pago neste momento pela Câmara Municipal a uma empresa privada para deter esse serviço, acrescido àquilo que se paga pelo próprio serviço de exploração.



Sobre os conselhos municipais de trânsito, queria só dizer o seguinte:

O senhor Vereador sabe perfeitamente, eu participei nalguns, foi sempre uma questão que debati consigo, acho que as coisas vinham já prontas, praticamente não havia debate, e mais, neste último que o senhor Vereador diz que foi aprovado por unanimidade e sabe, que pelas minhas funções, eu já não participei, mas sei de quem não foi convocado a tempo para não estar nessa reunião, que inclusivamente escreveu uma carta ao senhor Vereador, a dizer que não tinha sido convocado a tempo.

O parque do Estádio, não nos esqueçamos que é provisório. Este parque foi alcatroado desta forma, provisoriamente, por exigência do EURO 2004. Há um PP que está para ser aprovado, que pode e deve, na minha opinião, reduzir o espaço deste parque de estacionamento. Mais, o Mobilis, não nos podemos esquecer que passa de trinta em trinta minutos, na mesma direcção, portanto, não é concorrencialmente a cadência de trinta minutos, daqui para o centro da cidade, porque se ele fizer mais de trinta minutos tem de ir lá por cima pela Guimarota, eu já fiz o percurso.

Em relação à proposta do Deputado João Cunha, das receitas dirigidas ao transporte público, quero-lhe dizer seguinte:

Sabe perfeitamente que é aquilo que se passa em Coimbra. Porquê? Porque é a mesma empresa, os SMTUC, quem gere o estacionamento, quem gere os transportes e pode fazer uma gestão articulada e a Câmara neste momento, não o pode fazer, está dependente de terceiros.

Em relação aos parques de estacionamento do centro, a minha convicção é que a prioridade não devia ser a três parques de estacionamento no centro urbano, mas há outros previstos, inclusivamente no âmbito do Polis, como seja aquele do Hospital, para o fluxo que vem de Leste e que não foi construído.

Por outro lado, é também para mim estranho, que quem defenda de facto isto, tenha que ser o senhor Vereador Fernando Carvalho e não a bancada que suporta a maioria.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado. Foi um telegrama um pouco comprido, tem que reconhecer. Terminou o período de discussão.

Há uma proposta do Partido Socialista, não sei se os argumentos apresentados pelo senhor Vereador alteram alguma coisa, mas tenho que pôr esta proposta à votação. O senhor Vereador quer responder? Pedia-lhe que fosse um telegrama mais curto que o de há pouco.

VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Então eu vou ser lacónico.

O Deputado Pedro Biscaia falou nos SMTUC de Coimbra. Há-de saber, qual é o défice anual do serviço municipalizado em Coimbra e depois traga aqui essa informação.

Depois falou que estamos reféns do parque de estacionamento explorado por privados e do Mobilis, etc.

Relativamente ao Mobilis, já aqui o disse, aquele circuito custa trezentos mil euros/ano ao Município e que, as receitas que estão a ser arrecadadas com o mesmo, correspondem a cerca de 20%.

Falou na renegociação do contrato com a Rodoviária do Tejo. Não havia interessados e como devem imaginar nós fazemos o trabalho de casa. Veja a realidade em outros pontos do país, em promover este circuito em termos de concessão. Não havia, porque não é um circuito que seja equilibrado em termos de dar autonomia financeira. Tem que haver sempre aqui uma componente social, de utilização do transporte, que tem que ser assegurada pela Câmara. Portanto, não é possível ser explorada de outra forma.

Em relação por exemplo, ao Parque da Fonte Luminosa, só para concluir, como é que é possível haver pessoas que queiram um tarifário muito mais baixo? Eu acho que é possível haver ali um ajustamento e estamos a trabalhar com a administração do parque para haver redução, mas como é que é possível, um parque que envolve um investimento superior a seis milhões de euros? Acham que depois esse parque deve ser gratuito ou quase gratuito? Um parque que é extremamente cómodo, no centro da cidade? As coisas têm de ser vistas em termos também de algum equilíbrio.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Peço desculpa mas não posso dar mais a palavra sobre este assunto.

Já fomos esclarecidos, vamos pôr à votação esta proposta do Partido Socialista, que basicamente reduz em cinco cêntimos, por cada período de meia hora, a proposta apresentada pela Câmara.

Quem vota contra?

Quem se abstém

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com trinta e um votos contra, sete abstenções e dezasseis votos a favor, rejeitar a proposta.

Agora vou colocar à votação a proposta da Câmara que corresponde ao ponto n.º 9 da ordem do dia.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea e), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, delibera aprovar por maioria, com dezasseis votos contra e seis abstenções, nos termos constantes da proposta.

10. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, PARA TERRENO E PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA JUVE LIS, ABRANGIDO POR R.E.N., NO ÂMBITO DISPOSTO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 4º DO DEC.LEI N.º 213/92, DE 12/10 -, SITUADO EM S. ROMÃO – POUSOS - Apreciação, discussão e votação;

Inscribe-se o Deputado Luís Pinto. Faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

O Partido Socialista naturalmente vai votar favoravelmente esta proposta, que pensamos que vem tardiamente a esta Assembleia e que bastantes constrangimentos tem trazido à Juventude Desportiva do Lis, e aproveitava para deixar uma sugestão.



Não é prática do nosso Município, na cedência de terrenos às colectividades, de passar a posse dos terrenos para as colectividades. Pensamos que isso é um erro, porque se as colectividades tivessem o direito de superfície, podiam negociar financiamento com a banca, melhorar as suas infra-estruturas e também o seu próprio autofinanciamento, o que até libertaria de fundos públicos ou pelo menos de uma tão grande percentagem de fundos públicos. Pelo que, deixava esta sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Senhora Presidente, permita-me que venha aqui fazer um bocadinho a abrangência da questão da REN e do PDM, que temos no nosso concelho.

Claramente que estou de acordo com o reconhecimento de interesse público para esta situação e também para a situação que vem a seguir. Até porque, há uma diferença da cota de soleira para a cota de cheia, de trinta centímetros e isto permite-me ficar aliviado, porque tenho a certeza que na freguesia do Coimbrão, com a revisão do PDM, não vamos ter REN dentro do aglomerado urbano.

O aglomerado urbano do Coimbrão, também tem interesse público e portanto, como não temos lá o Rio Lis a passar no meio, provavelmente não vamos ter manchas de Reserva Ecológica, no aglomerado do Coimbrão. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Não há mais inscrições, vamos colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 /09, delibera por unanimidade ratificar a deliberação do executivo camarário e considerar o equipamento, de interesse público municipal

11. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, PARA HOTEL E TERMAS DE MONTE REAL, ABRANGIDO POR R.E.N., NO ÂMBITO DISPOSTO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 4º DO DEC.LEI N.º 213/92, DE 12/10 - Apreciação, discussão e votação;

Tem a palavra ao Deputado José Manuel Silva.

(o 1º Secretário, Deputado Paulo Reis, declarou-se impedido e não participou quer na discussão quer na aprovação deste ponto, retirando-se da sala).

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados!

Naturalmente que o Partido Socialista, está de acordo com aquilo que é proposto relativamente a esta matéria. Isto é, o reconhecimento de interesse público, por causa das novas obras nas Termas de Monte Real.

Nós congratulamo-nos, por finalmente haver um projecto com cabeça, tronco e membros, para o aproveitamento das termas, porque as termas infelizmente, ao longo destes últimos anos, têm sido um factor de não desenvolvimento para a Freguesia de Monte Real e logo para o concelho. Portanto, só podemos ficar satisfeitos com isto.

No entanto, ao contrário daquilo que se passa com o documento anterior, que se reporta a uma situação que envolve uma colectividade desportiva, a situação que aqui temos é completamente diferente.

Como toda a gente sabe, as termas foram compradas por um poderoso grupo privado e que naturalmente e legitimamente, nós não temos nada contra isso, pretende rentabilizar, como é de regra, o investimento que vai fazer nas Termas de Monte Real. Esta proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, o que significa que, os Vereadores do Partido Socialista, votaram favoravelmente e aproveitava aqui para fazer um pequeno parêntesis, para dizer o seguinte:



Há pouco o senhor Deputado João Cunha, aproveitou para fazer aqui um bocadinho de chicana, própria destas coisas naturalmente, dizendo que eu tinha votado ou que era de opinião contrária aos Vereadores do Partido Socialista, numa ou outra questão. E dentro deste parêntesis, queria dizer o seguinte:

Eu tive ocasião, de publicamente dizer, que respeitava a decisão dos Vereadores do Partido Socialista, naquela matéria em apreço, que tinha que ver com o centro comercial, mas que como cidadão discordava dela. E naturalmente, nós honramo-nos de pertencer a um partido livre e democrático, como aliás, ainda ficou bem patente nas últimas eleições presidenciais e portanto, mal seria, que eu discordando de qualquer decisão que seja tomada em relação a matérias de interesse geral, não assumisse como sempre assumi, a minha posição.

Eu graças a Deus, penso pela minha cabeça há cinquenta e cinco anos. Vou certamente continuar a fazê-lo, isso não põe em causa o respeito que me merecem as decisões que tomam os Vereadores do Partido Socialista na Câmara e em sede própria, direi o que entendo sobre essa matéria, relativamente às posições dentro do Partido Socialista. Publicamente, naturalmente que respeito as decisões que eles tomaram, mas pessoalmente não concordo com ela e não abduco de o dizer publicamente.

Nesta matéria concreta, os Vereadores do Partido Socialista, votaram favoravelmente. Eu estou de acordo e todos nós estamos de acordo com isto, porque entendemos que é positivo para o concelho. Só que, posteriormente a esta tomada de decisão na Câmara, surgiram algumas dúvidas, relativamente a uma matéria que nós entendemos que é importante e por isso, vim aqui fazer esta breve intervenção: Pedia à senhora Presidente, que fizesse o favor de nos dar aqui uma nota de esclarecimento, sobre uma questão que naturalmente poderá ter alguma coisa que ver, com a nossa forma de olhar para este processo. Vamos todos admitir, que a forma como isto foi apresentado na Câmara, é a forma como aqui votaremos, é no mesmo sentido, mas precisamos que a senhora Presidente nos esclareça o seguinte, para sabermos se é verdade ou não aquilo que por aí se diz:



Que teria sido já feito, durante o período em que as termas eram do anterior proprietário, não sei exactamente se a esta Câmara agora se num outro mandato, um pedido idêntico. A senhora Presidente já está a dizer que não portanto, posso considerar que nunca foi feito esse pedido? Muito obrigado, estou esclarecido.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

De qualquer modo a senhora Presidente já tinha pedido para usar da palavra, faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito obrigada senhor Presidente.

Em relação à pergunta que o senhor Deputado José Manuel Silva fez, a resposta é não.

O que houve no passado foi uma apresentação de um projecto de ampliação do Hotel das Termas, só para o hotel, que depois foi aprovado e nunca chegou a ser executado. Mas declaração de interesse público, para desafecção da REN, nunca houve. Queria só dar aqui um complemento adicional, que pode ser importante para algumas intervenções que possam vir a seguir.

Na sequência deste pedido, tive uma conversa com o senhor Presidente da Junta de Monte Real, que me disse concordar com a ideia do projecto, que era uma valorização para a vila de Monte Real e para o concelho, assim o projecto seja feito. Mas fez-me uma recomendação com a qual eu concordei em pleno, que na intervenção a fazer, fosse contemplada a requalificação de uma rua, que torneia exactamente as termas, que é a Rua Adelaide Pedrosa.

Eu concordo em absoluto com esta opinião. Aliás, isto é evidente que irá necessariamente acontecer, mas acho que ficava bem que ficasse esta recomendação. Em termos de construção é uma coisa muito pouco significativa, mas a verdade é que também é importante para a própria intervenção que aquela rua seja requalificada. E portanto, se estivessem de acordo, para além da proposta que aqui é feita, acrescentava-se, aquando da intervenção, que se fizesse a requalificação da Rua Adelaide Pedrosa.



Julgo que estou a ir ao encontro do pensamento da Junta de Freguesia de Monte Real, que no fundo, é também o pensamento da Câmara, que o subscreve na totalidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Domingos Carvalho.

Prescinde do uso da palavra?

Sim senhor.

Então não havendo mais discussão, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 /09, delibera por unanimidade ratificar a deliberação do executivo camarário e considerar o equipamento, de interesse público municipal.

Pedia entretanto ao senhor 1º Secretário, para retomar as suas funções.

Antes de entrarmos na discussão e votação deste último ponto, chamo à atenção para o facto de haver uma munícipe inscrita, para o período de intervenção do público. O pedido foi efectuado de acordo com o Regimento e portanto, peço aos senhores Deputados que se mantivessem nos seus lugares.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

12. MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE OS MUNICÍPIOS DE LEIRIA E DA MARINHA GRANDE RELATIVO AO PLANO DE PORMENOR DA ÁREA INDUSTRIAL DE VIEIRA DE LEIRIA – ACERTO DAS DELIMITAÇÕES DAS ÁREAS DOS CONCELHOS DE LEIRIA E DA MARINHA GRANDE- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO – Apreciação, discussão e votação;

Alguém pretende discutir este ponto?

Não havendo, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade, autorizar a celebração do protocolo, nos termos constantes da respectiva Minuta



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pedia então à senhora munícipe inscrita, para usar da palavra e para se identificar, uma vez que vai ficar registada a intervenção. Faça favor!

MUNÍCIPE (ANA PAULINO)

Boa noite a todos!

O meu nome é Ana Paulino, não sou natural de Leiria. É a primeira vez que assisto e participo nesta Assembleia Municipal do concelho, anteriormente já tinha intervindo numa Assembleia Municipal. em Matosinhos, onde residia e permita-me senhor Presidente da Mesa, fazer só um comentário.

Longe de mim desprestigiar seja quem for que esteja aqui presente. Mas, a sensação com que fico, ao vir de uma cidade como Matosinhos, que tem muitos problemas, em que os Deputados da Assembleia Municipal ocupam 1/3 da sala e o resto são cidadãos, que participam com interesse nas Assembleias, onde se debatem questões importantes para o funcionamento da cidade e para a vida dos cidadãos que nela habitam, fico contente por saber que aqui, na cidade onde já vivo há nove anos, não há problemas de fundo.

Falou-se aqui inicialmente, numa guerra que continua a ser uma guerra política. Deu-me a sensação que houve aqui um continuidade, daquilo que foi a campanha para as eleições presidenciais. Houve um debate em torno disso, que ocupou bastante do tempo dotado para esta Assembleia, depois falou-se de ambiente, falou-se do GPL, falou-se de estacionamento, falou-se de muita coisa.

Actualmente vivo em Leiria, tenho um filho com seis anos e vejo problemas graves a nível de educação. Vejo problemas graves a nível da saúde e não sei, se eventualmente noutras reuniões, terão abordado essas questões.



Mas também tive a preocupação de ver as actas das reuniões anteriores e não me apercebi que isso tenha acontecido, pelo menos com alguma incidência.

De qualquer das formas e tirando este parêntesis, o que me traz aqui hoje, é uma outra questão que já foi aqui abordada em algumas intervenções e que tem a ver com o PDM.

Como referi, estou em Leiria há nove anos. Desde essa altura, que tenho um terreno ali na zona das Cortes, mais exactamente no Casal Branco, para quem está menos situado, fica na rua que liga as Cortes às Fontes. A rua chama-se Rua Principal, é uma rua que tem todas as infra-estruturas básicas, saneamento, electricidade, água, etc. O terreno em causa, quando veio parar às minhas mãos, vinha com um pedido de viabilidade de construção aprovado e foi aprovado pela Câmara, precisamente no ano em que viria a ser publicado, alguns meses depois, o PDM.

Acontece que, com a publicação do PDM, foi declarada nula essa decisão da aprovação de viabilidade. Entretanto, tentámos recorrer, pedimos à Câmara que eventualmente fizesse uma rectificação à decisão, tendo em conta a localização do terreno, que mais uma vez refiro, está numa rua municipal, com todas as infra-estruturas instaladas, tem uma casa em frente e outra de cada lado e é um terreno que está ali no meio, que pelos vistos, foi considerado Reserva Agrícola pelo PDM.

Em 1999, subscrevi um pedido de alteração da Junta de Freguesia das Cortes e entreguei eu mesma um pedido de alteração, para que aquela zona permitisse a construção. Até hoje não obtive resposta a esse requerimento.

Estou aqui hoje, com uma colega, que está em igual circunstância, com um terreno que fica um pouco mais à frente do meu, a qual teve uma reunião com o senhor Vereador Fernando Carvalho, que está aqui presente, no início de 2005 e à qual foi referido, tal como a mim me informaram os serviços do PDM, que contactei na altura, que o PDM iria ser publicado em meados do Verão, e que essas situações com certeza que iriam ter um bom desfecho, porque até é uma zona com potencial desenvolvimento. Na sequência dessas informações que me foram dadas no Gabinete do PDM, aconselharam-me inclusivamente, para adiantar tempo, a ir preparando o projecto de arquitectura e apresentá-lo na Câmara, coisa que efectivamente fiz no mês de Abril.



Apresentei o projecto de construção à Câmara e em Agosto, o projecto veio chumbado, precisamente referindo, que o PDM não enquadrava aquela zona para construção.

O que me traz aqui hoje, é a mesma coisa que me levou há dois dias atrás, à Junta de Freguesia das Cortes. No meu trabalho pedem-me responsabilidades por aquilo que faço, sou remunerada em função do cumprimento de objectivos, quando não cumpro tenho que justificar porque é que não cumpro e a sensação que me dá, em relação ao PDM, é que andamos aqui a enrolar há anos e anos, sem nunca termos uma resposta efectiva. E depois, quando me dirijo à Câmara e me dizem que está para aprovar, em termos sectoriais, nas diversas instâncias por onde ele tem que passar, eu pergunto, se o prazo é *ad eterno*. Há prazo? Há responsabilidades?

É esta a questão que eu vim aqui colocar, para no fundo saber. Há outras pessoas nas Cortes que estão na mesma situação e quem diz Cortes diz outras zonas, onde se passa a mesma situação, até mesmo a nível de empresas. Eu sou consultora-economista, dou apoio a algumas indústrias que se tentam instalar, a serviços que se tentam instalar, nomeadamente a nível de creches e Jardins de Infância, mas os entraves são muitos. Falou-se aqui em desenvolvimento regional, mas os entraves são muitos, na instrução de processos, no desbloquear de pedidos de construção para este tipo de actividades e também agora em termos de habitação.

Pergunto eu, como é que pode haver desenvolvimento económico, numa região em que há entraves para tudo, onde os entraves não são ultrapassados e não há apoio para se conseguir ultrapassar as coisas?

Eu gostava, quer da parte do senhor Vereador quer da parte da senhora Presidente da Câmara, de ouvir aqui algum esclarecimento em relação a esta matéria. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhora Presidente, quer prestar algum esclarecimento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu penso que as observações que foram feitas são para nós termos em conta e tentar desbloquear, porque normalmente as exposições que são apresentadas na Assembleia não são propriamente para nós respondermos. Nós respondemos na Câmara e na Assembleia respondem os senhores Deputados.



De qualquer das maneiras, a senhora, em qualquer ocasião, poderá dirigir-se à reunião de Câmara, mesmo para falar com qualquer um de nós, para a podermos esclarecer.

O que lhe posso dizer é que, efectivamente, a aprovação do PDM não depende exclusivamente da Câmara. A Câmara é apenas um dos actores que fazem a elaboração preparatória para aprovação final, sendo constituída uma Comissão de Acompanhamento, por cerca de doze entidades, até chegar à fase final.

Neste momento, da parte da Câmara o trabalho está todo concluído e daí as informações que o senhor Vereador lhe deu. Isto é, a Câmara tem o PDM todo revisto, mas não lhe sei dizer agora se a sua situação foi ou não contemplada na revisão. Mas também poderá deslocar-se ao gabinete do PDM para saber se a sua proposta foi ou não enquadrada. Neste momento, aguardamos que a Comissão da Reserva Ecológica Nacional se pronuncie sobre a nossa proposta, para que depois venha a ser aprovada essa alteração e ir a discussão pública. Portanto, não depende da Câmara esta análise, sobretudo no que respeita à parte da Reserva Ecológica.

Só para lhe dar uma informação, a Reserva Ecológica Nacional esteve um ano sem reunir. Por muita vontade que tivéssemos e insistíssemos para que houvesse essa reunião, para desanexar algumas propostas, a justificação que deram foi que não havia Presidente da Reserva Ecológica. São estas vicissitudes que nos ultrapassam completamente.

Compreendemos o seu problema e de outros munícipes do concelho, ainda há pouco tivemos aqui uma intervenção do senhor Presidente da Junta do Coimbrão, que também manifestou essa sua preocupação, mas ultrapassa completamente a responsabilidade da Câmara, são responsabilidades das entidades que fazem parte dessa Comissão de Acompanhamento. Da nossa parte, estamos a envidar todos os esforços para que isto seja resolvido.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente, julgo que não há mais ninguém do público que queira intervir.

Senhoras e Senhores Deputados chegámos ao fim dos nossos trabalhos, agradeço a vossa presença e até à próxima sessão.



ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 00.45 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

**De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 27 de Abril de 2006, deliberou por aprovar a acta .-----
Leiria, aos 27 dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis.-----**

O Presidente da Assembleia

Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto